



**FACULDADE
SALESIANA
DO NORDESTE**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO
CURSO DE BACHARELADO
EM DIREITO**

DEZEMBRO, 2014

RECIFE – PE

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	04
1.	IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	06
	1.1 Histórico	06
	1.2 Aspectos Gerais	07
	1.3 Estrutura Organizacional	08
	1.4 Infraestrutura Física	09
2.	DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO	13
	2.1 Introdução	13
	2.2. Regime Acadêmico	15
	2.3. Vagas Solicitadas	15
	2.4. Turmas	15
	2.5. Turnos de Funcionamento	15
	2.6. Processo de Seleção	16
	2.7. Carga Horária e Créditos	16
	2.8. Período de Integralização do Curso	17
	2.9. Base Legal Pertinente à Identidade do Curso	17
	2.10. Eixos Norteadores	19
	2.11. Dinâmica do Curso	22
	2.12. Objetivo Geral do Curso	23
	2.13. Objetivos Específicos do Curso	23
	2.14. Competências e Habilidades	24
	2.15. Perfil Profissional Formado	25
	2.15.1 Campos de Atuação Profissional	27
	2.16. Interdisciplinaridade	27
	2.17. Estrutura Curricular do Curso	29
	2.18. Ementário e Bibliografia Básica e Complementar	34
	2.19. Estágio Supervisionado	59
	2.20. Trabalho de Conclusão de Curso	59
	2.21. Atividades Complementares	60

2.22. Núcleo de Prática Jurídica	61
2.23. Critérios de Avaliação e Frequência	63
2.24. Metodologia Aplicada as Disciplinas do Curso	64
2.25. Autoavaliação do Curso	65
2.26. Corpo Docente	66
2.27. Coordenação do Curso	67
2.28. Estrutura do Colegiado do Curso	67
2.29. Estrutura do Núcleo Docente Estruturante	68
2.30. Revisão do Projeto Pedagógico do Curso	69
2.31. Atendimento e Apoio ao Corpo Docente	70
2.32. Representação Estudantil	71

APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Salesiana do Nordeste (FASNE) tem seu fundamento no que dispõe a Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, da Resolução CNE/CES nº 09, de 29 de setembro de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Direito, além dos demais instrumentos normativos aplicáveis à espécie.

Nortear a elaboração do presente documento a preocupação de dar uma clara concepção ao Curso, adequando-o à realidade do mercado de trabalho e conferindo-lhe amplitude e profundidade capazes de proporcionar aos acadêmicos não só os conteúdos de conhecimentos específicos requeridos, como também o desenvolvimento de habilidades e capacidades operativas necessárias ao exercício profissional.

O Curso de Bacharelado em Direito compreende 68 disciplinas obrigatórias, incluídas disciplinas de Estágios Supervisionados, Eletivas e Trabalho de Conclusão de Curso, distribuídas em 10 (dez) semestres letivos, além da obrigatoriedade das Atividades Complementares, com carga horária total de 3.720 horas para a concessão do título de Bacharel em Direito, conforme determina a legislação (educacional e profissional) pertinente.

Organizar um curso de Bacharelado em Direito a partir da predisposição conceitual de *competência* implica definir o conjunto de competências necessárias à atuação profissional e tomá-las como norteadoras tanto da proposta pedagógica do curso quanto da organização intelectual e da gestão da instituição formadora.

O Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Direito da FASNE aponta os princípios norteadores, os objetivos, o perfil profissional e as áreas de atuação do profissional egresso. Ressalta igualmente os aspectos que envolvem o corpo docente, as estratégias utilizadas no processo de ensino-aprendizagem e a estrutura curricular oferecida aos acadêmicos. Também a partir do levantamento dos recursos humanos e materiais disponíveis para a formação de futuros profissionais na área jurídica pretende-se integrar um processo de qualidade que seja compatível com a demanda da sociedade.

O Curso de Direito privilegia o desenvolvimento de potencialidades, considerando as habilitações diferenciadas, com vistas ao bem-estar do ser humano e o aprimoramento da sociedade.

Portanto, o objetivo da FASNE é preparar um profissional que compreenda o ser humano como um todo, como um ser político, econômico e social que, além de dominar a parte instrumental do Direito, apresente conhecimentos gerais aprofundados, a fim de que sejam capazes de considerar os princípios da Justiça social e dos Valores Éticos, na aplicação da Lei. Fomentar a aplicação da cultura ética é permitir que a Instituição de Ensino Superior cumpra seu verdadeiro papel social, formando profissionais preparados para aplicar o humanismo em suas carreiras.

A FASNE, sintonizada com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com as Diretrizes Curriculares (gerais e específicas para o Curso de Bacharelado em Direito) e com os Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura, compreende que a construção das competências e das habilidades requeridas na formação do graduado em Direito deverá ocorrer a partir de experiências que articulem a relação teoria e prática, com situações de intervenção acadêmico-profissional balizadas por posicionamentos reflexivos, consistentes e com densidade conceitual.

Tais competências não devem ser construídas apenas no plano teórico, nem no estritamente instrumental. É imprescindível, portanto, que haja coerência entre a formação oferecida, as exigências práticas esperadas do futuro profissional vivenciadas no conjunto das atividades curriculares e as possibilidades de ampliação e de enriquecimento profissional e cultural após a conclusão do Bacharelado em Direito.

Sendo assim, a competência deverá ser compreendida para além das dimensões do fazer, do saber fazer ou do saber intervir. A competência constitui, sobretudo, a condição de mobilizar conhecimentos que permitam um refazer permanentemente de nossa relação com a sociedade e com a natureza, usando como instrumento conhecimentos inovadores de corte interdisciplinar.

Nessa perspectiva, a formação identifica-se com uma concepção na qual o currículo tem como objeto a construção da reflexão pedagógica dos discentes

referenciada no processo de formação acadêmica e humana. Portanto, a formação em Direito na FASNE é concebida, planejada, operacionalizada e avaliada, visando a aquisição e o desenvolvimento de competências e habilidades específicas, sintonizadas com aquelas preconizadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Direito, instituídas pelo art. 4º da Resolução CNE/CES nº 09 de 29 de setembro de 2004.

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

1.1. HISTÓRICO

O Colégio Salesiano Sagrado Coração, mantenedora da FASNE, é integrante da Congregação Salesiana, entidade de caráter educacional, cultural e assistencial, anteriormente denominada “Colégio de Artes e Ofícios do Sagrado Coração de Jesus” e “Sociedade Salesiana do Colégio Sagrado Coração”. Fundado em 08 de fevereiro de 1894, vem há 120 anos demonstrando seu valor social, atuando na comunidade do Estado de Pernambuco, suscitando o desejo de aperfeiçoamento cultural através da oferta de cursos na Educação Infantil e nos ensinamentos Fundamental e Médio.

A FASNE atua como a presença Salesiana na dimensão universitária, projetando a filosofia das IUS (Instituições Salesianas de Ensino Superior). Fundada em princípios éticos, cristãos e salesianos, tem por missão formar profissionais e especialistas de excelência, dotando-os de competências e habilidades técnico-científicas comprometidas com a vida e com o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Confere-se assim que a FASNE foi criada para promover o desenvolvimento sociocultural e econômico do Estado de Pernambuco e da Região Nordeste, expressando a filosofia e os objetivos institucionais da Congregação Salesiana, alicerçada no projeto educativo.

1.2. ASPECTOS GERAIS

Comprometida com a educação integral do ser humano e com as políticas socioeducativas das Instituições Salesianas de Ensino Superior, a FASNE pauta suas ações nos seguintes valores:

- **Solidariedade:** que significa opção prioritária pelos jovens, especialmente os das classes populares e vivência comunitária, baseada na presença, com espírito de família, dos docentes e do pessoal de gestão, entre e para os estudantes.
- **Profissionalismo:** que indica uma constante necessidade de relação integral entre cultura, ciência e técnica.
- **Dialogicidade:** inerente à pessoa, decorre das construções e trocas simbólicas entre sujeitos participantes do contexto de formação e aprendizagem da maneira salesiana de educar. Trata-se de condição fundamental ao debate de ideias e à garantia de participação crítica da comunidade, legitimados em diversos fóruns e instâncias oficialmente constituídos para tal fim.
- **“Amorevolezza”:** expressão italiana muito utilizada por Dom Bosco. Trata-se do procedimento salesiano, acadêmico e educativo, de relacionamento, baseado no amor manifestado aos estudantes e por eles percebidos.
- **Ética:** diz respeito à formação de pessoas comprometidas com a justiça (inclusive social) a fim de construir uma sociedade mais justa e humana em um processo de dissolução de conflitos e construção de consensos possíveis.

A FASNE objetiva a partir da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional:

- Promover as gestões necessárias para a elevação do seu padrão de desempenho administrativo;
- Criar condições adequadas ao comprometimento da comunidade acadêmica com as atividades político-científicas e sociais desenvolvidas pela instituição;
- Transpor os desafios que o sistema particular superior de ensino enfrenta, afim de colocar a formação dos profissionais no patamar

exigido pelos níveis atuais de crescimento e desenvolvimento logrados pelo Brasil, onde o sistema universitário assume destacado papel como centro da produção de conhecimentos e novas tecnologias, bem como do progresso cultural, econômico e social do país.

- Investir continuamente na manutenção de uma estrutura operacional e administrativa, adequada às necessidades do seu público-alvo, dentro de sua política voltada para o desenvolvimento e busca da qualidade.

A estrutura acadêmica da FASNE é constituída pelos seguintes Cursos de Graduação e suas respectivas áreas de atuação:

- Bacharelado em Administração Mercadológica (atualmente denominado de Bacharelado em Administração), reconhecido pela Portaria MEC nº 699, de 03 de março de 2005;
- Bacharelado em Ciências Contábeis, tendo sido renovado o seu reconhecimento pela Portaria SERES/MEC nº 542, de 10 de outubro de 2013;
- Bacharelado em Direito, tendo sido reconhecido pela Portaria SERES/MEC nº 10/2012 MEC, de 02 de março de 2012;
- Licenciatura em Ciências Biológicas, tendo sido reconhecido pela Portaria SERES/MEC nº 1725/2012, de 17 de outubro de 2012;
- Licenciatura em Educação Física, tendo sido reconhecido pela Portaria SESU/MEC nº 1286/2010, de 02 de setembro de 2010.

1.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O Curso de Bacharelado de Direito, no que diz respeito à estruturação organizacional da FASNE, conta com uma Coordenação e com dois órgãos colegiados de administração superior com funções normativa, consultiva e deliberativa, que são o Colegiado de Curso e o Núcleo Docente Estruturante. A Coordenação do Curso tem assento permanente no Conselho Superior da FASNE. Os discentes da FASNE participam do Conselho Superior, do Colegiado de Curso e da Comissão Própria de Avaliação.

1.4. INFRAESTRUTURA

A FASNE está localizada na Rua Dom Bosco, nº 551, Bairro da Boa Vista – Recife - Pernambuco, funcionando em prédio próprio que possui ampla estrutura a serviço da educação. Estrutura esta que se traduz em 50.083m²; contando com uma área construída de 20.700m². Edificações e instalações organizadas nesse espaço são utilizadas pelos cursos de graduação e pós-graduação da FASNE.

A FASNE tem seu espaço físico organizado em três pavimentos: térreo, 1º pavimento e 2º pavimento.

- Pavimento térreo: Amplo estacionamento; praças ajardinadas; cantina; 01 piscina olímpica para competições; 01 piscina infantil; 02 quadras pequenas; 07 quadras poliesportivas, três das quais cobertas; 02 campos de futebol, um deles gramado, drenado e iluminado; 01 sala de banho com 12 chuveiros; 10 sanitários masculinos; 11 sanitários femininos; 02 salas de Departamento Geral; 14 salas de aula com 72 m² (cada) e 04 com 90 m² (cada).
- 1º Pavimento: 01 sala para Internet com 25 m²; 01 sala de Arquivo Histórico com 50 m²; 01 Auditório com 300 lugares; 01 Auditório com 100 lugares; 11 Sanitários femininos; 20 Sanitários masculinos; 02 Laboratórios de Informática com 70 m² (cada); 15 Salas de aula com 70 m² (cada) e 05 Salas de aula com 90 m² (cada).
- 2º Pavimento: 01 Laboratório de informática com 126 m²; 01 Sala de aula com 70 m²; 01 Sala de Departamento cultural com 13m²; 01 Sala de som com 13 m²; 01 Laboratório virtual com 54 m²; 01 Teatro com 787 lugares; 01 Sala de serviço religioso com 72 m².
- Salas das coordenações, professores, reuniões e orientações: a FASNE dispõe de sala de professores e sala de reuniões que atendem plenamente às necessidades dos Cursos de Graduação. As instalações para os docentes (salas de professores e de reuniões) estão equipadas segundo a finalidade na qual se destinam e atendem plenamente aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade ao

número de usuários, quando do desenvolvimento das atividades acadêmicas. As instalações para professores possuem mobiliários modernos, computadores conectados à internet, escaninhos, etc. Dispõe de ampla e arejada sala de professores, equipada com mobiliário moderno, computadores conectados à internet, para que os docentes possam realizar e/ou planejar suas atividades acadêmicas, especialmente os docentes em tempo integral e parcial. As instalações também dispõem de gabinetes de estudo individuais, escaninhos, mesa de reuniões e toda infraestrutura atendendo, de forma plena, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessários às atividades desenvolvidas.

- Biblioteca: a Biblioteca Padre Carlos Leôncio da FASNE tem por objetivo organizar e difundir a documentação bibliográfica necessária à atuação da instituição, sendo franqueada a toda comunidade acadêmica da Faculdade. Possui uma estrutura física com área de 400 m², permitindo fácil acesso ao acervo bibliográfico, contando ainda com ambientes destinados à leitura, ao uso da Internet, aos trabalhos em grupo e individuais. Climatizada, a Biblioteca oferece condições ideais para a realização das atividades pertinentes à sua finalidade.
- Acesso a equipamentos de informática pelos discentes e docentes: os Laboratórios de Informática da FASNE proporcionam suporte técnico aos docentes e discentes no desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas da área de sistemas. A política de informatização da Instituição contempla a ampliação dos equipamentos existentes nos Laboratórios, de forma a satisfazer ainda mais a totalidade dos corpos discente e docente. O funcionamento do Laboratório de Informática é disciplinado por normas próprias de utilização, facilitando o controle do acesso por parte de seus usuários, assim como, a manutenção dos seus equipamentos. Todos os equipamentos ligados em rede com acesso a internet banda larga com cobertura wireless.

- O Núcleo de Práticas da FASNE – Governador Eduardo Henrique Accioly Campos funciona dentro da instituição, em prédio próprio, com requisitos de acessibilidade, o qual sedia o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) da FASNE – Dom Hélder Câmara, e o Núcleo de Prática de Administração e Ciências Contábeis (NPAC). Possui localização bastante privilegiada, no bairro da Ilha do Leite, na área central da cidade do Recife, em meio a um polo jurídico e médico. O NPJ da FASNE tem como tarefa fundamental preparar os acadêmicos para o exercício das habilidades profissionais que necessitarão quando estiverem no mercado de trabalho, integrando a teoria aprendida em sala de aula com a prática vivenciada no próprio NPJ, visando assegurar a concretização do eixo prático na formação profissional dos alunos do Curso de Direito, através da integração dos conhecimentos jurídicos teóricos e práticos adquiridos no transcorrer do curso, prestando assistência jurídica gratuita à comunidade do Município do Recife, considerada carente, na forma da lei.

O Núcleo de Prática foi completamente reestruturado, passando a ocupar um novo espaço, totalmente reformado, com cerca de 200 m². Isto ocorreu por esforços da Mantenedora em atender às demandas das avaliações externas e autoavaliação, além dos anseios da comunidade acadêmica. O NPJ da FASNE está instalado em prédio independente, com funcionamento das 8 às 17 hs, de segunda a sexta-feira.

As questões referentes à acessibilidade foram contempladas na reforma do prédio, com a construção de uma rampa de acesso ao piso superior e banheiros adaptados às necessidades de cadeirantes. O novo prédio está preparado para atender às necessidades do Núcleo, com instalações adequadas ao bom aprendizado dos alunos, atendimento dos clientes e das exigências dos convênios. Todas as dependências do NPJ são climatizadas.

O público interno tem possibilidade de acesso ao NPJ pelas dependências da Faculdade Salesiana do Nordeste, enquanto o

público externo utiliza exclusivamente o acesso independente pela Rua Lins Petit, nº 135, Bairro da Boa Vista.

O prédio conta com o andar térreo, onde estão centralizadas a maior parte das atividades desenvolvidas pelo NPJ, e também com um primeiro andar, onde estão localizadas sala para arquivo e as salas para realização das sessões de mediação, com privacidade.

Os alunos podem desenvolver todas as atividades referentes ao Estágio Profissional, consoante as regras traçadas no Estatuto e Resoluções da Ordem dos Advogados do Brasil, junto ao NPJ da FASNE.

Também encontra-se implantado no NPJ da FASNE um posto avançado de atendimento do PROCON/PE, órgão da estrutura administrativa da Secretaria de Justiça do Estado de Pernambuco, no qual os acadêmicos atuam na promoção da solução de conflitos de interesses verificados entre consumidores e fornecedores de produtos e serviços.

Os alunos, a partir do 7º período do Curso de Direito, passam a atuar no Núcleo, desenvolvendo atividades simuladas, reais e exclusivamente práticas, compreendendo o atendimento e o tratamento ao cliente, tais como redação de atos jurídicos e profissionais, peças e rotinas processuais, assistência e atuação em audiências e sessões, visitas relatadas a órgãos judiciários, análise de autos findos, prestação de serviços jurídicos, treinamento de negociação, mediação, arbitragem e conciliação, resolução de questões de deontologia e legislação profissional, os quais podem ser complementadas mediante convênios, que possibilitem a formação dos alunos na prestação de serviços jurídicos. Todos os atendimentos são realizados pelos alunos, sempre sob a supervisão de professores-orientadores.

O NPJ oferece atendimento gratuito nas mais diversas áreas jurídicas, ingressando com ações previdenciárias, cíveis, com ampla atuação no Direito de Família, no qual se busca, inicialmente, a mediação entre os envolvidos; também oferece orientação jurídica

na área trabalhista, entre outras, atuando tanto na justiça do estado como na justiça federal.

A prática jurídica da FASNE pretende que os alunos desenvolvam perfil humanista, com elevado senso ético-profissional, que reconheçam as finalidades das normas jurídicas e que compreendam as implicações e problemas da sociedade em que estão inseridos.

2. DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

2.1. INTRODUÇÃO

O Curso de Bacharelado em Direito da FASNE pretende, além de uma boa formação técnica, científica e acadêmica, formar cidadãos aptos a lutar em favor de uma sociedade mais digna, justa e solidária, que possa garantir um futuro próspero para as gerações vindouras.

No contexto atual, principalmente no âmbito das Ciências Humanas e Sociais, inúmeros conceitos são usados para denominar e caracterizar nossa sociedade e suas perspectivas para este século. Diferentes e, algumas vezes, divergentes entendimentos têm sido colocados como referência para a sociedade do futuro: sociedade do conhecimento, sociedade do lazer, sociedade pós-moderna, sociedade pós-industrial, sociedade virtual etc.

Em meio a tais dissensos, um consenso é possível reconhecer: a sociedade atual e futura precisa e precisará de homens e mulheres mais bem preparados para lidar com a globalidade, com a diversidade, com a atualidade e com a maleabilidade. E em tal contexto, a formação humana e profissional, mais especificamente a formação na educação superior, passa a ser um *locus* em potencial para a conquista de várias dessas competências.

Nesse sentido, o Curso de Bacharelado em Direito da FASNE, por intermédio do presente Projeto Pedagógico e cumprindo o que determina a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), a Resolução CNE/CES nº 09, de 29 de setembro de 2004, a qual institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Direito, além

dos demais instrumentos normativos aplicáveis à espécie, evidencia atividades que conduzem à aquisição de habilidades e competências, considerando sempre seus fins básicos, quais sejam, o ensino e a ampliação, construção e produção do conhecimento.

O Curso de Bacharelado em Direito da FASNE está organizado com base em fundamentos metodológicos que estimulam a participação do discente como elemento responsável pela própria aprendizagem, em consonância com os novos paradigmas educacionais, aliando teoria e prática como forma de garantir a formação profissional consistente e que atenda às exigências de um mercado competitivo e de uma economia globalizada.

O Curso de Bacharelado em Direito da FASNE também privilegia o desenvolvimento de potencialidades, considerando as habilitações diferenciadas, com vistas ao bem-estar do ser humano e o aprimoramento da sociedade.

Sendo assim, a competência deverá ser compreendida para além das dimensões do fazer, do saber fazer ou do saber intervir. A competência constitui, sobretudo, a condição de mobilizar conhecimentos que permitam um refazer permanentemente da relação com a sociedade e com a natureza, usando como instrumento conhecimentos inovadores de corte interdisciplinar.

Nessa perspectiva, a formação identifica-se com uma concepção na qual o currículo tem como objeto a construção da reflexão pedagógica dos discentes, referenciada no processo de formação acadêmica e humana. Portanto, a formação em Direito na FASNE é concebida, planejada, operacionalizada e avaliada, com vistas à aquisição e ao desenvolvimento de competências e habilidades específicas, sintonizadas com aquelas preconizadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Direito, instituídas pela Resolução CNE/CES nº 09 de 29 de setembro de 2004 em seu art. 4º, conforme abaixo transcrito:

Art. 4º. O curso de graduação em Direito deverá possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes habilidades e competências:

- I. leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;*
- II. interpretação e aplicação do Direito;*

- III. *pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;*
- IV. *adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;*
- V. *correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;*
- VI. *utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;*
- VII. *juízo e tomada de decisões; e,*
- VIII. *domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.*

2.2. REGIME ESCOLAR

O Regime Escolar adotado obedece ao critério seriado semestral.

2.3. VAGAS SOLICITADAS

O total de vagas aprovadas para o ingresso anual é de 100 (cem), obedecendo ao seguinte critério de entradas:

- 50 (cinquenta) vagas no turno da noite (1º semestre).
- 50 (cinquenta) vagas, no turno da noite (2º semestre).

2.4. TURMAS

As salas de aula do Curso de Bacharelado em Direito da FASNE são todas climatizadas, estando localizadas nos 1º e 2º pavimentos, possuindo medidas que comportam o número mínimo de 50 (cinquenta) alunos com todo conforto e adequação espacial.

2.5. TURNOS DE FUNCIONAMENTO

O Curso de Bacharelado em Direito da FASNE é ofertado no turno da noite, das 18h30min às 22h00 de segunda à sexta-feira. Algumas atividades são oferecidas nos horários vespertinos e aos sábados por sua própria natureza, a

exemplo da prática jurídica e da orientação de trabalho de conclusão de curso, dentre outras.

2.6. PROCESSO DE SELEÇÃO

As formas de acesso ao Curso de Bacharelado em Direito da FASNE, estão dispostas em quatro alternativas:

- Ingresso via processo seletivo de vestibular (realizado semestralmente);
- Ingresso via utilização da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM);
- Ingresso como portador de diploma de curso superior reconhecido pelo MEC; e,
- Ingresso por transferência de outra IES.

2.7. CARGA HORÁRIA E CRÉDITOS

A carga horária total do Curso de Bacharelado em Direito da FASNE é de 3.720 (três mil, setecentas e vinte) horas, totalizando 248 (duzentos e quarenta e oito) créditos, onde 1 (um) crédito equivale a 15 (quinze) horas.

DISTRIBUIÇÃO GERAL	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Disciplinas	3.000	200
Atividades Complementares	300	020
Prática Jurídica Real	420	028
CARGA HORÁRIA TOTAL	3.720	248

No que se refere às horas de aula, é seguida a Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de julho de 2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, conforme destaca-se a seguir:

Art.1º- A hora-aula decorre de necessidades de organização acadêmica das Instituições de Educação Superior.

§ 1º- Além do que determina o caput, a hora-aula está referenciada às questões de natureza trabalhista.

§ 2º- A definição quantitativa em minutos do que consiste a hora-aula é uma atribuição das Instituições de Educação Superior, desde que feita sem prejuízo ao cumprimento das respectivas cargas horárias totais dos cursos.

Art. 3º- A carga horária mínima dos cursos superiores é mensurada em horas (60 minutos), de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo.

2.8. PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO

A integralização do curso ocorrerá no prazo mínimo de 5 (cinco) anos e no prazo máximo de 7 anos e seis meses letivos, conforme estipulam os Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelados e Licenciaturas de abril de 2010.

2.9. BASE LEGAL PERTINENTE À IDENTIDADE DO CURSO

O Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Direito da FASNE foi elaborado de acordo com a seguinte legislação:

Lei:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96.

Normas do Conselho Nacional de Educação:

- Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.
- Parecer CNE/CES nº 29/2007, aprovado em 1º de fevereiro de 2007. Consulta relativa às Diretrizes Curriculares Nacionais e à duração mínima e máxima dos cursos de graduação.
- Parecer CNE/CES nº 8/2007, aprovado em 31 de janeiro de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.
- Parecer CNE/CES nº 329, de 11 de novembro de 2004. Carga horária mínima dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

- Parecer CNE/CES nº 210, de 8 de julho de 2004. Aprecia a Indicação CNE/CES 1/04, referente à adequação técnica e revisão dos pareceres e/ou resoluções das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação.
- Parecer CNE/CES nº 136, de 4 de junho de 2003. Esclarecimentos sobre o Parecer CNE/CES 776/97, que trata da orientação para as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação.
- Parecer CNE/CES nº 583, de 4 de abril de 2001. Orientação para as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação.

Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Direito:

- Parecer CNE/CES, nº 146, de 3 de abril de 2002. Aprova as diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Dança, Design, Direito, Hotelaria, Música, Secretariado Executivo, Teatro e Turismo.
- Parecer CNE/CES nº 67, de 11 de março de 2003. Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação.
- Parecer CNE/CES nº 55, de 18 de fevereiro de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Direito.
- Parecer CNE/CES nº 211, de 8 de julho de 2004. Reconsideração do Parecer CNE/CES 55/2004, referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Direito.
- Resolução CNE/CES nº 9, de 29 de setembro de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Direito, bacharelado, e dá outras providências.
- Parecer CNE/CES nº 236, de 07 de agosto de 2009. Consulta acerca do direito dos alunos à informação sobre o plano de ensino e sobre a metodologia do processo de ensino-aprendizagem e os critérios de avaliação a que serão submetidos.
- Parecer CNE/CES nº 262, de 1 de setembro de 2011. Solicita a verificação da possibilidade de se aperfeiçoar a redação do art. 7º, § 1º, da Resolução CNE/CES nº 9/2004, que trata dos núcleos de prática jurídica.

Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura:

- Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura do Ministério da Educação e Secretaria de Educação Superior (SESu), abril de 2010.

2.10. EIXOS NORTEADORES

A concepção do Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Direito da FASNE objetiva a formação do homem público, do cidadão, do profissional consciente de seus deveres e direitos, com sólidos conhecimentos teórico-práticos, técnico-administrativos e sócio-políticos. Promove a capacidade de diálogo com profissionais de outras áreas de conhecimento e a participação, com responsabilidade e competência, do processo de desenvolvimento socioeconômico de sua região e da sociedade à qual pertence. A meta é operacionalizar uma estrutura curricular que permita formar profissionais com as seguintes características:

- Visão pluralista do Direito, compreendendo-o como um fenômeno social e não como um conjunto de normas indiferentes à discussão.
- Aptidão para desenvolver raciocínios críticos e empreender estratégias teóricas e metodológicas que permitam a superação dos limites dogmáticos na aplicação do Direito, adequando a interpretação das normas à realidade social vigente.
- Capacidade de participação ativa nas ações transformadoras da sociedade e de compreensão das dimensões humanas e das novas demandas da contemporaneidade, tais como: a questão jurídica, no âmbito judicial e extrajudicial, a desigualdade social e econômica, a violência, a marginalidade, o desemprego e a exclusão social.
- Possibilidade de repensar as relações entre Direito, Capitalismo e Democracia, articulando novas propostas de posituação do Direito em favor dos princípios libertadores, da solidariedade, da tolerância e do respeito à alteridade social.

A FASNE encontra-se, pois, alicerçada na concepção que propõe a Resolução CNE/CES N° 9, de 29 de setembro de 2004, conforme se destaca a seguir:

Art. 5º O curso de graduação em Direito deverá contemplar, em seu Projeto Pedagógico e em sua Organização Curricular, conteúdos e atividades que atendam aos seguintes eixos interligados de formação:

- I. Eixo de Formação Fundamental tem por objetivo integrar o estudante no campo, estabelecendo as relações do Direito com outras áreas do saber, abrangendo dentre outros, estudos que envolvam conteúdos essenciais sobre Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia.*
- II. Eixo de Formação Profissional, abrangendo, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a evolução da Ciência do Direito e sua aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se necessariamente, dentre outros condizentes com o Projeto Pedagógico, conteúdos essenciais sobre Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional e Direito Processual; e*
- III. Eixo de Formação Prática objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais Eixos, especialmente nas atividades relacionadas com o Estágio Curricular Supervisionado, Trabalho de Curso e Atividades Complementares.*

Neste sentido, propõem-se eixos de habilitações que procuram dar conta das transformações sócio-político-econômicas ocorridas nas últimas décadas, a exemplo do direito do consumidor, das ações coletivas e dos métodos alternativos de resolução de conflitos, dentre os quais a conciliação, a mediação e a arbitragem, que além de suscitar complexas indagações, têm aberto espaço ao profissional habilitado a exercer as profissões jurídicas. Assim, pois, será incentivada a postura crítica do profissional do Direito e sua forma de participar do processo de definição da democratização do mercado de consumo e o surgimento de novos direitos e de novas demandas, tanto do ponto de vista individual quanto do coletivo. Ditas demandas exigem do Estado

e do Direito novas formas de tratar as questões jurídicas decorrentes das mais inusitadas e complexas situações fáticas.

Em regra geral, a formação do discente orienta-se pela concepção inicial que já foi destacada. Mas, a título de especificação, podem-se relacionar algumas características implícitas nessa definição. Assim, o Curso de Direito da FASNE deverá formar profissionais que estejam aptos a:

- Desenvolver uma compreensão pluralista do fenômeno jurídico e encarar o Direito como um projeto sociocultural distanciado da visão dogmática que o reduz a um conjunto de normas tecnicamente aplicadas.
- Adotar uma posição crítica quando interpreta o Direito e faz uso dos procedimentos jurídicos, a fim de torná-los adequados à realidade humana e social.
- Proceder com senso ético-profissional na aplicação do Direito às demandas e litígios jurídicos, associado à responsabilidade social e à compreensão das implicações causais e teleológicas desta aplicação.
- Buscar o respeito ao Direito posto e lutar para assegurar o Direito pressuposto em suas novas interpretações na visão de solução dos problemas novos, para os quais nem sempre a legislação oferece respostas equânimes e mais justas.
- Valorizar a categoria profissional a qual esteja vinculado, primando pelo comportamento ético e pelo aperfeiçoamento das instituições públicas e privadas. Consolidar a prestação jurisdicional, dever do Poder Judiciário do Estado de Direito.

Deste modo, a estrutura curricular proposta está centrada em disciplinas básicas, fundamentais e profissionalizantes, distribuídas entre obrigatórias e eletivas, com conteúdos definidos em ementas, apresentadas numa cadeia de pré-requisitos na matriz curricular do curso, observando-se sempre as necessidades e a possibilidade de flexibilização da mesma.

Devem ainda permear toda a atividade de ensino o estímulo e a realização de atividades práticas e estudos independentes, como forma de desenvolver o caráter

investigativo, a perícia profissional e o compromisso social dos discentes, estando estas atividades realizadas nos conteúdos das disciplinas.

Ainda como medida integralizadora da matriz curricular, incorpora-se a carga horária de atividades complementares, estando também definidos o tempo mínimo e máximo de integralização curricular do curso. A flexibilidade, conforme já exposto, é uma característica operacional do currículo proposto e aponta na direção de que parte da carga horária proposta pode ser integralizada, segundo as opções do discente, na Instituição ou fora dela.

Destaca-se ainda a importância de um currículo atualizado, flexível e interdisciplinar que garanta uma formação acadêmica ampla, possibilitando práticas que permitam a aquisição de habilidades e competências das áreas de atuação do direito, considerando as potencialidades e individualidades do discente.

Para isso, são trabalhadas:

- Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso);
- Atividades do Núcleo de Prática Jurídicas (NPJ);
- Atividades Complementares.

2.11. DINÂMICA DO CURSO

A dinâmica do currículo norteia-se por cinco segmentos principais:

- Articular o ensino. No ensino orientado pela prática pedagógica do corpo docente, com ações didático-metodológicas que estimulem o corpo discente a interagir como campo de aplicação e materialização dos conteúdos das disciplinas como processo de busca e construção dos conhecimentos vinculados às experiências teórico-práticas, legitimadas pelas doutrina, jurisprudência e legislação.
- Contemporaneidade do conhecimento e das tecnologias, mediante a interdisciplinaridade e a constante busca das inovações científicas e tecnológicas; da dinâmica da produção do conhecimento, materializada na constante implementação do acervo bibliográfico; da utilização de rede de informação digital, de forma ampla a internet e de forma mais específica, nas principais áreas do Direito.
- Flexibilização na integralização do currículo, considerando os vários

espaços de formação acadêmica.

- Experiências reais na preparação profissional em serviço, garantindo a unidade entre a teoria e a prática nas várias disciplinas do currículo, e estabelecendo aproximações com o mercado de trabalho por meio do Plano de Estágio, bem como das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Prática Jurídica.
- Criticidade materializada na compreensão ampla e aprofundada da inserção do Direito na realidade social, por meio das múltiplas dimensões do conhecimento, estabelecendo os nexos entre a produção, a socialização/difusão e a utilização do conhecimento específico do Direito.

2.12. OBJETIVO GERAL DO CURSO

Com base na Resolução CES 09/2004, o Bacharelado em Direito da FASNE tem por objetivo geral “assegurar, no perfil do graduando, sólida formação geral, humanística e axiológica, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania”.

2.13. OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO CURSO

Viabilizar a implementação da Resolução CNE/CES 09/2004, da LDBEN (Lei nº 9394/96) e demais legislações aplicáveis, sempre em sintonia com a identidade e missão salesianas:

- Propiciar a formação de bacharéis aptos ao desempenho das funções e cargos nas áreas do Direito, tanto na esfera pública como privada, atendo-se ao contexto sócio-político-econômico atual, às necessidades regionais e locais e às exigências da globalização;
- Viabilizar formação crítica para questionar as instituições jurídico-políticas vigentes e propor alternativas para superação de impasses;

- Desencadear ininterruptamente um processo de interação entre docentes e discentes na construção do conhecimento das Ciências Jurídicas, com assessoria contínua do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ);
- Estimular o comprometimento ético-social com o atendimento às comunidades menos favorecidas, em sintonia com a construção de uma nova ordem social democrática, solidária, comunitária, justa e participativa;
- Motivar o desenvolvimento do espírito investigativo e das habilidades dos discentes, bem como o interesse pela formação permanente;
- Articular o ensino, resguardando a identidade confessional-axiológica na *práxis* didático-pedagógica;
- Investir permanentemente em recursos, espaços, equipamentos e biblioteca;
- Atualizar e debater temas jurídicos mediante semana de estudos jurídicos, semanas culturais integradas, participação em congressos, seminários e similares, bem como através de revista jurídica institucional;
- Incentivar a produção científica dos docentes, bem como a sua contínua formação;
- Avaliar-se e reavaliar-se, periodicamente;
- Estabelecer linhas de ação conjuntas favorecendo maior integração entre os membros do corpo docente e de outras IES;
- Criar espaços para a participação dos discentes nas discussões pedagógicas e na redefinição de projetos.

2.14. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Em conformidade com as Diretrizes Curriculares do Curso de Bacharelado em Direito, em especial a Resolução CNE/CES 09/2004, além de outras consideradas imprescindíveis pela FASNE, a formação do bacharel tem por objetivo dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades específicas:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Utilização da terminologia jurídica e da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;
- Compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais;
- Compreensão da causalidade e finalidade das normas jurídicas e da busca constante da libertação do homem e do aprimoramento da sociedade;
- Visão atualizada de mundo e, em particular, consciência dos problemas de seu tempo e de seu espaço;
- Utilização de métodos alternativos de resolução de conflitos, em especial da mediação, como forma de desenvolvimento de uma cultura de paz.

2.15. PERFIL DO PROFISSIONAL FORMADO

A proposta pedagógica do Curso de Bacharelado em Direito da FASNE privilegia a formação generalista, ético-humanista, crítica e reflexiva, e apresenta como perfil desejado para os egressos, aquele descrito nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Bacharelado e Licenciatura, considerando as peculiaridades da contemporaneidade, em

especial as mudanças socioeconômicas e tecnológicas, além da legislação que disciplina a formação do Bacharel em Direito.

Os Referenciais Curriculares Nacionais para os Cursos de Bacharelado e Licenciatura, de abril de 2010, definem o perfil do Egresso conforme se destaca a seguir:

O Bacharel em Direito é o profissional habilitado a exercer as profissões jurídicas. Em sua atividade, atua para o enfrentamento dos mecanismos judiciais e extrajudiciais de soluções de conflitos e para a compreensão dos sistemas de direito e de justiça nas dimensões interna e internacional. Conhece e utiliza as fontes de Direito (leis, artigos, livros, sistemas de informações eletrônicos) para acompanhar as mudanças legislativas, de interpretação, aplicação e criação de direitos, além de trabalhar individual e coletivamente para a solução de problemas jurídicos. Deve expressar-se em linguagem clara e precisa; ter habilidade de tomar decisões fundamentadas, de atuar em diferentes instâncias sociais e institucionais, além de possuir conhecimentos interdisciplinares que o capacitem a adaptar-se às mudanças políticas, sociais e jurídicas em todos os níveis. Em sua atuação, compreende fenômenos políticos, sociais, econômicos, ambientais, culturais e psicológicos, considerando-os para a interpretação e aplicação ao Direito, assim como deve ser consciente da dimensão ética das profissões jurídicas e de sua responsabilidade social.

Esses postulados ratificam que o perfil desenhado pela equipe docente do Curso de Bacharelado em Direito da FASNE se apresenta em consonância com a formação de homens públicos, de cidadãos, de profissionais conscientes de seus deveres e direitos, detentores de amplos e sólidos conhecimentos teórico-práticos, técnico-jurídicos e sócio-políticos, com capacidade para o exercício da solidariedade e do diálogo com profissionais de outras áreas do conhecimento.

O profissional egresso do Curso de Bacharelado em Direito proposto pela FASNE deverá apresentar capacidade crítica e incessante preocupação com a superação de paradigmas estagnados e anacrônicos, capacidade essa que deve ser construída com base em uma visão interdisciplinar, integrando as

disciplinas jurídicas com conhecimentos da ciência política, da psicologia, da economia, da ética, da filosofia e da sociologia, entre outros saberes.

2.15.1. CAMPOS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Os Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura de abril de 2010 são claros quanto à atuação do profissional, conforme se destaca a seguir:

O Bacharel em Direito pode atuar em órgãos públicos da Magistratura (Juízes, Desembargadores e Ministros de Tribunais Superiores); do Ministério Público (Promotores e Procuradores de Justiça ou Procuradores da República); e da Advocacia Pública (Procuradores do Estado, Procuradores do Município e Advogados da União); podendo igualmente exercer as atividades de Delegado de Polícia e Defensor Público; atuando também em escritórios de advocacia, departamentos jurídicos de empresas e instituições financeiras, assim como em organizações na defesa técnica de seus interesses. Também pode atuar de forma autônoma, em empresa própria ou prestando consultoria.

O delineamento do perfil do profissional egresso da FASNE, conforme acima exposto, além de consonante com os campos de atuação profissional delineados pelos Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura de abril de 2010, permite ao Bacharel em Direito o ingresso na carreira docente, mediante a respectiva formação no âmbito da pós-graduação.

2.16. INTERDISCIPLINARIDADE

As disciplinas componentes da estrutura do Curso de Bacharelado em Direito garantem a construção de um currículo interdisciplinar e multidimensional, valendo-se da verticalidade e da horizontalidade, onde na execução de cada disciplina o educador, muito mais do que um professor, deverá empregar os métodos indutivos e dedutivos para buscar a sedimentação das experiências vivenciadas por ele e pelos alunos na busca de uma efetiva interação.

Nessa perspectiva pedagógica, a interdisciplinaridade é uma nova atitude diante da questão do conhecimento e do ato de aprender. Alunos com uma

educação mais interdisciplinar estão mais capacitados para enfrentar problemas que transcendem os limites de uma disciplina concreta e para detectar, analisar e solucionar problemas novos.

Face aos desafios existentes na sociedade contemporânea, existe a necessidade, por parte dos profissionais que irão atuar no mercado, de continuamente manter-se atualizados. Este cenário desafiador estimula os educadores a desenvolverem formas alternativas de ensino.

A correlação entre as disciplinas é indiscutível, por isto existe a necessidade de uma aplicação constante da interdisciplinaridade no ensino. Para tanto, tem que haver uma mudança comportamental dos docentes de tal forma que nenhuma das disciplinas seja de elevada importância, isolada em si própria, mas sim, seja de elevada importância o conjunto das disciplinas, cujo objetivo é a formação integralizada do educando.

O ponto de partida e de chegada de uma prática interdisciplinar está na ação. Desta forma, através do diálogo que se estabelece entre as disciplinas e entre os sujeitos das ações, a interdisciplinaridade "devolve a identidade às disciplinas, fortalecendo-as" e evidenciando uma mudança de postura na prática pedagógica. Tal atitude embasa-se no reconhecimento da *provisoriidade do conhecimento*, no questionamento constante das próprias posições assumidas e dos procedimentos adotados, no respeito à individualidade e na abertura à investigação em busca da totalidade do conhecimento. Não se trata de propor a eliminação de disciplinas, mas sim da criação de movimentos que propiciem o estabelecimento de relações entre as mesmas, tendo como ponto de convergência a ação que se desenvolve num trabalho cooperativo e reflexivo. Assim, alunos e professores - sujeitos de sua própria ação – engajam-se num processo de investigação, redescoberta e construção coletiva de conhecimento, que ignora a divisão do conhecimento em disciplinas. Ao compartilhar ideias, ações e reflexões, cada participante é ao mesmo tempo "ator" e "autor" do processo.

Dessa forma, a interdisciplinaridade no Curso de Bacharelado em Direito será a integração entre disciplinas de mesmos períodos ou de períodos diferentes. Essa integração poderá ser alcançada através dos temas de trabalho e de projetos a serem realizados pelos docentes, respaldado pelo Conselho

Superior da FASNE, visando à busca de novas formas para operacionalizar os conteúdos, favorecendo a interdisciplinaridade.

2.17. ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO

A estrutura curricular do Curso de Bacharelado em Direito da FASNE se encontra, pois, alicerçada na concepção que propõe a Resolução CNE/CES N° 9, de 29 de setembro de 2004 a partir da perspectiva do Eixo de Formação Fundamental, Eixo de Formação Profissional e Eixo de Formação Prática.

A concepção de currículo, conforme demonstrado, traduz-se em políticas norteadas pelas Novas Diretrizes Curriculares aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação que possibilitam a formação do profissional competente e do cidadão para atuar em sua área e nos processos de transformação social e criar alternativas com potencial para enfrentar as problemáticas que emergem no mundo contemporâneo.

A oferta de disciplinas ocorre em blocos semestrais, considerando conteúdos afins, pormenorizando o intercâmbio, a cooperação e a competência, e ainda, projetos integradores, elaborados pelos professores de forma a atender aos objetivos e a concepção interdisciplinar, como apresentado a seguir:

1º PERÍODO

DISCIPLINAS	C. H. SEMESTRAL	C. H. SEMANAL
Introdução ao Estudo do Direito I	60	04
Sociologia Geral e Jurídica	60	04
Metodologia da Pesquisa em Direito	30	02
Filosofia Geral e Jurídica	60	04
Ciência Política com Teoria Geral do Estado	60	04
Português Instrumental	30	02
TOTAL:	300	20

2º PERÍODO

DISCIPLINAS	C. H. SEMESTRAL	C. H. SEMANAL
Introdução ao Estudo do Direito II	60	04
Hermenêutica e Teoria da Argumentação	60	04
História do Direito	60	04
Economia e Desenvolvimento Regional	30	02
Antropologia Aplicada ao Direito	30	02
Psicologia Jurídica	30	02
Português Instrumental II	30	02
TOTAL:	300	20

3º PERÍODO

DISCIPLINAS	C. H. SEMESTRAL	C. H. SEMANAL
Direito Civil I	60	04
Direito Penal I	60	04

Direito Constitucional I	60	04
Direito e Inclusão Social	30	02
Teoria Geral do Processo	30	02
Criminologia	30	02
Mediação	30	02
TOTAL:	300	20

4º PERÍODO

DISCIPLINAS	C. H. SEMESTRAL	C. H. SEMANAL
Direito Civil II	60	04
Direito Penal II	60	04
Direito Constitucional II	60	04
Direito do Trabalho I	60	04
Direito Processual Civil I	60	04
TOTAL:	300	20

5º PERÍODO

DISCIPLINAS	C. H. SEMESTRAL	C. H. SEMANAL
Direito Civil III	60	04
Direito Penal III	60	04
Direito Constitucional III	30	02
Direito do Trabalho II	60	04
Direito Processual Civil II	60	04
Prática Jurídica Simulada I (Cível)	30	02
TOTAL:	300	20

6º PERÍODO

DISCIPLINAS	C. H. SEMESTRAL	C. H. SEMANAL
Direito Civil IV	60	04
Direito Constitucional IV	30	02
Direito Processual Civil III	60	04
Direito Processual Penal I	60	04
Direito Penal Complementar	30	02
Direito Processual do Trabalho	30	02
Prática Jurídica Simulada II (Cível)	30	02
TOTAL:	300	20

7º PERÍODO

DISCIPLINAS	C. H. SEMESTRAL	C. H. SEMANAL
Direito Civil V	60	04
Direito Processual Civil IV	60	04
Direito Processual Penal II	30	02
Direito Administrativo I	60	04
Direito Empresarial I	60	04
Prática Jurídica Simulada III (Penal)	30	02
Prática Jurídica Real I	105	07
TOTAL:	405	27

8º PERÍODO

DISCIPLINAS	C. H. SEMESTRAL	C. H. SEMANAL
Direito Civil VI	60	04
Direito Administrativo II	60	04
Direito Empresarial II	60	04
Direito Tributário I	60	04
Orientação de Monografia I – TC I	30	02
Prática Simulada IV (Trabalhista)	30	02
Prática Jurídica Real II	105	07

TOTAL:	405	27
---------------	------------	-----------

9º PERÍODO

DISCIPLINAS	C. H. SEMESTRAL	C. H. SEMANAL
Direito Empresarial III	30	02
Direito Tributário II	60	04
Direito Ambiental	60	04
Disciplina Eletiva I	30	02
Direito Internacional Público	60	04
Orientação de Monografia II – TC II	30	02
Prática Jurídica Simulada V (Administrativo e Tributário)	30	02
Prática Jurídica Real III	105	07
TOTAL:	405	27

10º PERÍODO

DISCIPLINAS	C. H. SEMESTRAL	C. H. SEMANAL
Direito Empresarial IV	30	02
Direito do Consumidor	60	04
Medicina Legal	60	04
Direito Previdenciário	30	02
Ética e Legislação Profissional	60	04
Disciplina Eletiva II	30	02
Direito Financeiro	30	02
Prática Jurídica Real IV	105	07
TOTAL:	405	27

Atividades Complementares	300	20
TOTAL:	300	20

10 PERÍODOS DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO	C. H. TOTAL	CRÉDITOS TOTAL
	3.720	248

DISCIPLINAS ELETIVAS	C. H. SEMESTRAL	C. H. SEMANAL
Língua Brasileira de Sinais	30	02
Contratos Internacionais	30	02
Redação de Contratos	30	02
Direito da Criança e do Adolescente	30	02
Direito Municipal	30	02
Direito e Empreendedorismo	30	02
Direito e Privatizações	30	02
Direito da Integração	30	02
Direito Agrário e Desenvolvimento	30	02
Cálculos em Execução Trabalhista	30	02
Direitos Humanos	30	02
Direito Econômico	30	02
Bioética e Direito	30	02
Temas Atuais em Responsabilidade Civil	30	02
Direito Eleitoral	30	02

Conforme o artigo 5º das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, Resolução CNE/CES nº 09, de 29 de setembro de 2004, os conteúdos das disciplinas do Curso de Bacharelado em Direito da FASNE contemplam:

EIXO DE FORMAÇÃO FUNDAMENTAL	DISCIPLINAS	C. H.
	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO I SOCIOLOGIA GERAL E JURÍDICA METODOLOGIA DA PESQUISA EM DIREITO FILOSOFIA GERAL E JURÍDICA CIÊNCIA POLÍTICA COM TEORIA GERAL DO ESTADO PORTUGUÊS INSTRUMENTAL I INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO II HERMENÊUTICA E TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO HISTÓRIA DO DIREITO ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL ANTROPOLOGIA APLICADA AO DIREITO PSICOLOGIA JURÍDICA PORTUGUÊS INSTRUMENTAL II	60 60 30 60 60 30 60 60 30 30 30 30
		600

	DISCIPLINAS	C. H.
EIXO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	DIREITO CIVIL I	60
	DIREITO PENAL I	60
	DIREITO CONSTITUCIONAL I	60
	DIREITO E INCLUSÃO SOCIAL	60
	TEORIA GERAL DO PROCESSO	30
	CRIMINOLOGIA	30
	MEDIAÇÃO	30
	DIREITO CIVIL II	60
	DIREITO PENAL II	60
	DIREITO CONSTITUCIONAL II	60
	DIREITO DO TRABALHO I	60
	DIREITO PROCESSUAL CIVIL I	60
	DIREITO CIVIL III	60
	DIREITO PENAL III	60
	DIREITO CONSTITUCIONAL III	30
	DIREITO DO TRABALHO II	60
	DIREITO PROCESSUAL CIVIL II	60
	DIREITO CIVIL IV	60
	DIREITO CONSTITUCIONAL IV	30
	DIREITO PROCESSUAL CIVIL III	60
	DIREITO PROCESSUAL PENAL I	60
	DIREITO PENAL COMPLEMENTAR	30
	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	60
	DIREITO CIVIL V	60
	DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV	60
	DIREITO PROCESSUAL PENAL II	30
	DIREITO ADMINISTRATIVO I	60
	DIREITO EMPRESARIAL I	60
	DIREITO CIVIL VI	60
	DIREITO ADMINISTRATIVO II	60
	DIREITO EMPRESARIAL II	60
	DIREITO TRIBUTÁRIO I	60
	DIREITO EMPRESARIAL III	30
DIREITO TRIBUTÁRIO II	60	
DIREITO AMBIENTAL	60	
DIREITO INTERNACIONAL	60	
DISCIPLINA ELETIVA I	30	
DIREITO EMPRESARIAL IV	30	
DIREITO DO CONSUMIDOR	60	
MEDICINA LEGAL	60	
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	30	
ÉTICA E LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL	60	
DIREITO FINANCEIRO	30	
DISCIPLINA ELETIVA II	30	
	2.250	

EIXO DE FORMAÇÃO PRÁTICA	DISCIPLINAS	C. H.
	PRÁTICA JURÍDICA SIMULADA I (CÍVEL) PRÁTICA JURÍDICA SIMULADA II (CÍVEL) PRÁTICA JURÍDICA SIMULADA III (PENAL) PRÁTICA JURÍDICA SIMULADA IV (TRABALHISTA) PRÁTICA JURÍDICA SIMULADA V (ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO)	30 30 30 30 30
		150

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	DISCIPLINAS	C. H.
	ORIENTAÇÃO DE MONOGRAFIA I – TC I ORIENTAÇÃO DE MONOGRAFIA II – TC II	30 30
		60

ESTÁGIO SUPERVISIONADO	DISCIPLINAS	C. H.
	PRÁTICA REAL I PRÁTICA REAL II PRÁTICA REAL III PRÁTICA REAL IV	105 105 105 105
		420

ATIVIDADES COMPLEMENTARES	DISCIPLINAS	C. H.
	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	300
		300

2.18. EMENTAS E BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR

1º PERÍODO

DISCIPLINA:

CARGA HORÁRIA:

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO I

60 HORAS

EMENTA:

Direito: conceito, essência, divisões e relações com outras áreas do saber. Epistemologia jurídica: caracteres, fundamentação filosófica e problemas da ciência do Direito. Teoria Geral do Direito e conceitos jurídicos fundamentais. A ordem jurídica. Sanção e coação. Estrutura da ordem jurídica. Validade e eficácia da norma jurídica no tempo e no espaço.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao estudo do direito. São Paulo: Atlas, 2008.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. Introdução ao estudo do direito. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO
FACULDADE SALESIANA DO NORDESTE**

VENOSA, Sílvio de Salvo Venosa. Introdução ao estudo do direito. São Paulo: Atlas, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ASCENSÃO, José de Oliveira. Introdução à ciência do direito. Rio de Janeiro: renovar, 2005.

BRONZE, Fernando José. Lições de introdução ao direito. Coimbra: Editora Coimbra, 2008.

DINIZ, Maria Helena. Compêndio de introdução à ciência do direito. São Paulo: Saraiva, 2000.

MARQUES, Eduardo Lorenzetti. Introdução ao estudo do direito. São Paulo: LTr, 2008.

NUNES, Rizzato. Manual de Introdução ao Estudo de Direito. São Paulo: Saraiva, 2013.

DISCIPLINA:

CARGA HORÁRIA:

SOCIOLOGIA GERAL E JURÍDICA

60 HORAS

EMENTA:

Bases filosóficas do pensamento e conhecimento das ciências sociais na evolução histórica. Ideologia, sociedade e estrutura social urbana e rural. Alternativas de desenvolvimento para os sistemas sociais. Subdesenvolvimento. Análise de problemas especiais relativos à sociedade brasileira. Formação da sociedade Brasileira. O Negro e o índio na formação da sociedade nacional. Direito e sociedade. A sociedade aplicada ao Direito. Direito como fato social. Direito e controle social. O Direito, a solução de conflitos e a mudança social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LAKATOS, Eva Maria. Sociologia geral. São Paulo: Atlas, 2006.

SALDANHA, Nelson. Sociologia do direito. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

WEBER, Max. Ensaio de Sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CASTRO, Celso A. Pinheiro de. Sociologia aplicada ao direito. São Paulo: Atlas, 2001.

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MACHADO NETO, Antônio Luís. Sociologia jurídica. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2008.

MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SOUTO, Cláudio; SOUTO, Solange. A explicação sociológica: uma introdução à sociologia. São Paulo: EPU, 1985.

DISCIPLINA:

CARGA HORÁRIA:

METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA

30 HORAS

EMENTA:

Metodologia do Ensino Jurídico. Os tipos de pesquisa. O projeto de pesquisa e suas partes. Delimitação do tema. Formulação do problema e das hipóteses. Uso de referências bibliográficas. O pesquisador e o objeto de pesquisa. Análise de fontes jurídicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MEZZARROBA, Orides. Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito. São Paulo: Saraiva, 2008.

NUNES, Luiz Antonio Rizzato. Manual de monografia jurídica. São Paulo: Saraiva, 2002.

RUIZ, Álvaro João. Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos. São Paulo: Atlas, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BASTOS, Cleverson; KELLER, Vicente. Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica. Petrópolis (RJ) Vozes, 2007.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria ; MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Sílvio Luiz de. Metodologia científica aplicada ao direito. São Paulo: Thompson Pioneira, 2002.

SALOMON, Délcio Vieira. Como fazer uma monografia. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DISCIPLINA:

CARGA HORÁRIA:

FILOSOFIA GERAL E JURÍDICA

60 HORAS

EMENTA:

Especificidade da Filosofia: Origem, Conceitos e História da Filosofia Ocidental. Problemas e Temas Relevantes do Discurso Filosófico. A Filosofia na Grécia, em Roma, na Idade Média, no Renascimento. A Filosofia Moderna e Contemporânea. Questões Fundamentais da Filosofia: Antropológicas e Éticas. Filosofia do Século XX.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITTAR, Eduardo C. B; ALMEIDA, Guilherme Assis de Almeida. Curso de Filosofia do Direito. São Paulo: Atlas, 2008.

CHAUÍ, Marilena, Convite à Filosofia, São Paulo, Ática, 2001.

LUCKESI, Cipriano Carlos ; PASSOS, Elizete Silva. Introdução à filosofia: aprendendo a pensar. São Paulo: Cortez 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CRETILLA JÚNIOR, José. Curso de filosofia do direito. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. Filosofia do direito. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

NADER, Paulo. Filosofia do direito. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

NUNES, Rizzato. Manual de filosofia do direito. São Paulo: Saraiva, 2007.

REALE, Miguel. Filosofia do Direito. São Paulo: Saraiva, 2009.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
CIÊNCIA POLÍTICA COM TEORIA GERAL DO ESTADO	60 HORAS

EMENTA:

Introdução à Ciência Política. Conceito. Evolução histórica do pensamento político: Grécia, Roma, Idade Média e Modernidade. Pensamento político contemporâneo. Movimentos sociais. Poder político. Legalidade e Legitimidade. A conquista do poder: golpe de Estado, revolução e construção democrática da hegemonia. A Contribuição da cultura negra e indígena na política.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AZAMBUJA, Darcy. Teoria Geral do Estado. São Paulo: Globo, 2005.

BONAVIDES, Paulo. Teoria do estado. São Paulo: Malheiros, 2008.

DE CICCIO, Cláudio; GONZAGA, Álvaro de Azevedo. Teoria Geral do Estado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BASTOS, Celso Ribeiro de. Curso de teoria do estado e ciência política. São Paulo: Saraiva, 2002.

BOBBIO, Norberto. Teoria geral da política. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. São Paulo: Saraiva, 2005.

FRIEDE, Reis R. Curso de Ciência Política e teoria geral do estado. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

LOCKE, John. Dois tratados sobre o governo. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
PORTUGUÊS INSTRUMENTAL I	30 HORAS

EMENTA:

Estrutura do texto. Análise e produção de texto. Variação e adequação linguística. A linguagem em diversas situações de uso profissional. Regras de funcionamento da escrita. As normas ortográficas. Classes gramaticais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MARTINO, Aguinaldo. Português esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2002.

MARTINS, Dileta Silveira. Português instrumental. São Paulo: Atlas, 2010.

MEDEIROS, João Bosco. Português instrumental. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CASTILHO, Ataliba T. de. Nova gramática do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2010.

KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; MARINELLO, A. F. Leitura e produção textual. Petrópolis: VOZES, 2010.

SARMENTO, Leila Lauer. Gramática em textos. São Paulo: Moderna, 2009.

XAVIER, Ronaldo Caldeira. Português no direito. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

2º PERÍODO

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO II	60 HORAS

EMENTA: As várias formas do Direito: objetivo e subjetivo, público e privado, material e processual. Ato e Fato Jurídico. O Poder judiciário e o Processo de produção normativa: Codificação no Direito Brasileiro. Normas de uso social. Criação do Direito: fontes formais e materiais. Hierarquia e constitucionalidade das leis. Interpretação da lei: espécies e resultados. Procedimentos de integração. Eficácia da lei no tempo. Organização Judiciária. Tendências do Direito brasileiro contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao estudo do direito. São Paulo: Atlas, 2008.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. Introdução ao estudo do direito. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

VENOSA, Sílvio de Salvo Venosa. Introdução ao estudo do direito. São Paulo: Atlas, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ASCENSÃO, José de Oliveira. Introdução à ciência do direito. Rio de Janeiro: renovar, 2005.

BRONZE, Fernando José. Lições de introdução ao direito. Coimbra: Editora Coimbra, 2008.

DINIZ, Maria Helena. Compêndio de introdução à ciência do direito. São Paulo: Saraiva, 2000.

MARQUES, Eduardo Lorenzetti. Introdução ao estudo do direito. São Paulo: LTr, 2008.

NUNES, Rizzato. Manual de Introdução ao Estudo de Direito. São Paulo: Saraiva, 2013.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
HERMENÊUTICA E TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO	60 HORAS

EMENTA: Conceito de Hermenêutica Jurídica. Principais Métodos de Interpretação. Especificidades. Formalismo e Racionalismo. Interpretação e Construção. Limites da Interpretação. Sistemas de Hermenêutica e Aplicação do Direito. Elementos de Aplicação do Direito. Argumentação: origem, conceito. Formas de argumentação. A nova

retórica. Falácias não-formais e argumentos. As técnicas de argumentação nas práticas jurídicas. O senso comum teórico dos juristas: verdade e ideologia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FRANÇA, R. Limongi. Hermenêutica jurídica. São Paulo: Saraiva, 2008.
FREITAS, Juarez. A interpretação sistemática do Direito. São Paulo: Malheiros, 2004.
MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e aplicação do direito Rio De Janeiro: 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALEXY, Robert. Teoria da argumentação jurídica São Paulo: Landy Editora, 2005.
LIXA, Ivone F. Morcilo. Hermenêutica & Direito. Curitiba, PR: Juruá, 2008.
PEREIRA, Rodolfo Viana. Hermenêutica filosófica e Constitucional. 2.ed Belo Horizonte: Del Rey, 2007.
PERELMAN, CHAIM. Tratado da argumentação. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
STRECK, Lênio Luiz. Hermenêutica jurídica e(m) crise. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
HISTÓRIA DO DIREITO	60 HORAS

EMENTA: Posição epistemológica, conceito e fontes da história do direito ocidental. Direito e sociedade no Antigo Oriente. Primeiros códigos: Mesopotâmia e Egito. Direito Grego. Formação e evolução histórica do Direito Romano. Influência do Direito Romano nos direitos ocidentais modernos. Direito Feudal. Direito Canônico. Inquisição. Iluminismo e ressurgimento do Direito Romano. Corpus Juris Civile. Magna Carta. Direito Norte-americano. O sistema da Common-Law. Direito Luso-brasileiro; Ordenações do Reino. Iluminismo, Beccaria; Revolução Francesa. O processo de Codificação. História e evolução do direito brasileiro. História Africana e a luta do povo africano e indígena no Brasil. Constitucionalismo. Direitos de Terceira Geração. Antropologia, conceito e sua relação com o direito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALVES, José Carlos Moreira. Direito romano. Rio de Janeiro: Forense, 2002. Vols. 1 e 2.
DAVID, René. Os Grandes Sistemas do Direito Contemporâneo. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
NASCIMENTO, Walter Vieira do. Lições de História do Direito. São Paulo: Forense, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARAÚJO, Fernando. Aspectos da história do direito no Brasil. Recife: Nossa Livraria, 2008.
COULANGES, Fustel de. A cidade antiga. Traduzido por: Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2006.
VILANOVA, Lourival. As estruturas lógicas e o sistema do direito positivo. São Paulo: Max Limonad, 2005.
WOLKMER, Antônio Carlos. (org.) Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico. São Paulo: Acadêmica, 2008.
WOLKMER, Antônio Carlos. História do direito no brasil. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	30 HORAS

EMENTA: Evolução do Pensamento Econômico; Escassez; Mercado; Sistema Produtivo; Os Princípios Econômicos Necessários ao Estudo da Macroeconomia; Estudar os Agregados Macroeconômicos; Produto e Renda Nacional; Tópicos Especiais sobre o Comércio Exterior e a Questão do Desemprego e Atualidade; Crescimento Sustentável e Políticas de Desenvolvimento Regional. Políticas Ambientais de desenvolvimento e sustentabilidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRUM, Argemiro J. Desenvolvimento econômico brasileiro. Petrópolis: Vozes, 2008.
SIMONSEN, Mário Henrique. Macroeconomia. São Paulo: Atlas, 2009.
VASCONCELOS, M. A. Economia: micro e macro. São Paulo: Atlas, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

IANNI, Octavio. Teorias da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
PINHO, Diva Benevides (Coord.). Manual de economia. São Paulo: Saraiva, 2008.
VICECONTI, Paulo E. V. Introdução à Economia. 5.ed. São Paulo: Frase, 2002.
WESSELS, Walter J. Economia. São Paulo: Saraiva, 1998.
WONNACOTT, Paul. Introdução à Economia. São Paulo: McGraw Hill, 1985.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
ANTROPOLOGIA APLICADA AO DIREITO	30 HORAS

EMENTA: Métodos e problemas na formação da teoria. Cultura: sistemas culturais e representações sociais. Homem, cultura e sociedade. Cultura e comportamento organizado e normatizado. A contribuição do povo africano e indígena na área social, econômica e política brasileira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MARCONI, Marina de Andrade. Antropologia. São Paulo: Atlas, 2007.
LÉVI-STRAUSS, Claude. Antropologia estrutural. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
ROCHA, José Manuel de Sacadura. Antropologia Jurídica: para uma filosofia antropologica do direito. Rio de Janeiro Campus, 2008

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
HOCBELE, E. Adanson. Antropologia cultural e social. São Paulo: Cultrix, 2006.

LAPLANTINE, François. Aprender antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2000.
 MELLO, Luiz Gonzaga de. Antropologia cultural: iniciação, teorias e temas. Petrópolis: Vozes, 2003.
 TITIEV, Mischa. Introdução à antropologia cultural. Lisboa: Fundação Calouste Gulberkian, 1969.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
PSICOLOGIA	30 HORAS

EMENTA: A relação entre Psicologia e Direito. A sociedade e crime. Aspectos do comportamento criminoso. Tipos criminosos e seus perfis psicológicos. Tratamento e prevenção. Intervenção psicológica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FIORELLI, José Osmir; MANGINI, Rosana Canthya Ragazzoni. Psicologia Jurídica. São Paulo: Atlas, 2009.
 MIRA & LOPES-EMILÍO. Manual de Psicologia Jurídica, São Paulo, Ed: Peritas, 2007.
 RIGONATE, Sergio Paulo; SERAFIN. Antônio de Paula Barros; Edgard Luiz De. Temas em psiquiatria forense e psicologia jurídica. São Paulo: Vektor, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOCK, Ana. Psicologias: uma introdução ao estudo da Psicologia. São Paulo: Saraiva, 2008.
 BRAGHIROLLI, Elaine Maria. Psicologia Geral. 23.ed. Porto Alegre, RS: Vozes, 1990
 CÂMERA, F.P. Introdução aos transtornos da Personalidade-In Psiquiatria (Online, Brasil, internet disponível em <http://www.polbr.med.br/arquivo/artigo0901_a.htm> revisto 2001.
 FOUCAULT, Michael. Vigiar e Punir: nascimento na Prisão. Tradução Raquel Ramalhte. Petrópolis: Vozes 2008.
 GARDNER, Howard. Estruturas da mente. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
PORTUGUÊS INSTRUMENTAL II	30 HORAS

EMENTA: Sintaxe. A linguagem jurídica: vocabulário, expressões, latinismo. Tipologia, modalidades e gêneros textuais. Produção do texto jurídico e sua estrutura.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MARTINO, Aguinaldo. Português esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2002.
 MARTINS, Dileta Silveira. Português instrumental. São Paulo: Atlas, 2010.
 MEDEIROS, João Bosco. Português instrumental. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
 CASTILHO, Ataliba T. de. Nova gramática do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2010.
 KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; MARINELLO, A. F. Leitura e produção textual. Petrópolis: VOZES, 2010.
 SARMENTO, Leila Lauer. Gramática em textos. São Paulo: Moderna, 2009.
 XAVIER, Ronaldo Caldeira. Português no direito. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

3º PERÍODO

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
DIREITO CIVIL I	60 HORAS

EMENTA: Conceituação da disciplina. Princípios e conteúdo do Direito Civil. Direito Civil: conceito, divisões e relações com outras áreas do saber. As fontes do Código Civil Brasileiro. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB. Da Pessoa Natural. Da Pessoa Jurídica. Dos Direitos da Personalidade. Do Domicílio Civil. Dos bens. Dos fatos jurídicos. Do negócio jurídico. Forma e prova dos atos jurídicos. Dos atos ilícitos. Da Prescrição e da decadência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Teoria Geral do Direito Civil. São Paulo: Saraiva, 2008. Vol. 1.
 EHRHARDT, Marcos. Direito civil. LINDB e parte geral. Salvador: Podivm, 2014.
 LÔBO, Paulo. Direito civil. Parte Geral. São Paulo: Saraiva, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DINIZ, Maria Helena. Código Civil anotado. São Paulo: Saraiva, 2010.
 GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2008. Vol. I.
 NADER, Paulo. Curso de Direito Civil. Parte Geral. São Paulo: Forense, 2008. Vol. 1.
 PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. Introdução ao Direito Civil. São Paulo: Forense, 2008. Vol. I.
 VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil I. Parte Geral. São Paulo: Atlas, 2008. Vol. I.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
DIREITO PENAL I	60 HORAS

EMENTA: Conceito, caracteres e princípios do direito penal. Aplicação da lei penal: aplicação da lei penal no tempo, aplicação da lei penal no espaço, aplicação da lei penal com relação às pessoas. Teoria do crime. Conceito e classificação das infrações penais. Da tipicidade e suas causas de exclusão. Da antijuridicidade e suas causas de exclusão. Da culpabilidade e suas causas de exclusão. Do crime consumado e da tentativa. Do concurso de agentes

para o crime.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITENCOURT, Cezar Roberto. Manual de Direito Penal – Parte Geral. São Paulo: Saraiva, 2008.
GRECO, Rogério. Direito penal, vol. 1. São Paulo: Ímpetus, 2008.
MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de Direito Penal. Parte Geral. v.1. São Paulo: Atlas, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal. Parte Geral. v.1. São Paulo: Saraiva, 2008.
DELMANTO, Celso. [et al.]. Código penal comentado. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.
JESUS, Damásio E. Direito Penal: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2008. v.1.
NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
RIBEIRO, Sergio Nogueira. Crimes passionais e outros temas. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

DISCIPLINA:

CONSTITUCIONAL I

CARGA HORÁRIA:

60 HORAS

EMENTA: Direito Constitucional e Teoria Geral da Constituição. Sistemas Constitucionais. Constitucionalismo. Poder Constituinte. Constituição e normas constitucionais. Constituições brasileiras. Mudança e subsistência da Constituição. Interpretação das normas constitucionais. Jurisdição Constitucional e Controle de Constitucionalidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2008.
MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. São Paulo: Atlas, 2008.
SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Malheiros, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2002.
BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Malheiros, 2005.
CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e teoria da Constituição. Almedina, 2003.
MENDES, Gilmar Ferreira. Direitos fundamentais e controle de constitucionalidade. São Paulo: Saraiva, 2008.
TAVARES, André Ramos. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2008.

DISCIPLINA:

TEORIA GERAL DO PROCESSO

CARGA HORÁRIA:

30 HORAS

EMENTA: Noções introdutórias e históricas. Processo e Constituição. Faculdades Fundamentais do Direito Processual: Jurisdição, Ação, Defesa e Processo. Processo e Constituição. Aplicação do Direito Processual.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CINTRA, Antônio. Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria geral do processo. São Paulo: Malheiros, 2008.
COLUCCI, Maria da Glória; Almeida, José Maurício Pinto de. Lições de teoria geral do processo. Curitiba: Juruá, 2008.
CONRADO, Paulo César. Introdução à teoria geral do processo civil. São Paulo: Max Limonad, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à justiça. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.
COUTURE, Eduardo J. Interpretação das leis processuais. Rio de Janeiro: Forense, 2001.
DINAMARCO, Cândido Rangel. A instrumentalidade do Processo. São Paulo: Malheiros, 2008.
MARINONI, Luiz Guilherme. São Paulo: RT, 2013.
SÁ, Djanira Maria Radamés de. Teoria Geral do direito processual civil: a lide e sua resolução. São Paulo: Saraiva, 1998.

DISCIPLINA:

CRIMINOLOGIA

CARGA HORÁRIA:

30 HORAS

EMENTA: Conceito, métodos, objetos, funções e relação com outras ciências. História da Criminologia: etapas pré científicas e científicas. A moderna Criminologia científica e os diversos modelos teóricos: modelos biológicos psicológicos e sociológicos Criminologia crítica. Prevenção do delito no Estado Democrático de Direito. Modelos e sistemas de reação ao delito. Vitimologia. Política criminal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BECCARIA, Cezar. Dos delitos e das penas. Trad. De Lucia Guidicini & Alessandro Berti Condessa. São Paulo: Martin Fontes, 2005.
GOMES, Luis Flávio & MOLINA, Antônio García-Pablos de. Criminologia. São Paulo: RT, 2008.
NASCIMENTO, José Flávio Braga. Curso de criminologia. [S. l.]: Juarez de Oliveira, 2007

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARATTA, Alessandro. Criminologia crítica e crítica do Direito penal: Introdução à sociologia do direito penal. Trad Juarez Cirino dos Santos. Coleção pensamento Criminológico, Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2002.
CALHAU, Lélvio Braga. Vítima e Direito Penal. 2.ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.
D'URSO, Luiz Otávio Borges. Advocacia e justiça criminal: II Encontro Nacional dos advogados. São Paulo: Oliveira Mendes, 1997.
MAILLO, Alfonso. Introdução à criminologia. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

NOGUEIRA, Sandro D'Amato. Vitimologia. Brasília, DF: Brasília Jurídica, 2006.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
DIREITO E INCLUSÃO SOCIAL	30 HORAS

EMENTA: A Tutela dos Direitos Difusos, coletivos e Individuais Homogêneos. Direito Difusos. Interesses difusos coletivos e individuais homogêneos. Direitos Fundamentais. Tutela do Meio Ambiente através das políticas de Direito Ambiental. Tutela do Consumidor. Tutela da Ordem Econômica. Tutela da Moralidade Pública. Tutela do Patrimônio Cultural. Tutela de Outros Direitos e Interesses Difusos. Tutela Coletiva de Direitos. Ação Civil Pública. O Interesse Individual. Os Interesses Coletivos. Os Interesses e Sua Colocação Entre os Direitos Subjetivos e os Interesses Simples. Coisa Julgada nas Ações Coletivas. Ação Popular. Mandado de Segurança Coletivo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Ação Popular. 6ª ed. São Paulo: RT, 2008.
 MAZZILLI, Hugo Nigro. A Defesa dos Interesses Difusos em Juízo: meio ambiente, consumidor, patrimônio cultural patrimônio público e outros interesses. São Paulo: Saraiva, 2008.
 SOUZA, MOTAURI Ciochetti de. Ação Civil Pública e Inquérito Civil. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AGUIAR, Leandro Katscharowski. Tutela Coletiva de Direitos Individuais Homogêneos. São Paulo: Dialética, 2002.
 LISBOA, Roberto Senise. Contratos Difusos e Coletivos. 3ª ed. São Paulo: Rev dos Trib, 2007.
 PAZZAGLINI FILHO, Marino. Princípios constitucionais reguladores da administração pública. 3ª ed. São Paulo: Atlas 2008.
 SOUZA, Motaury Ciochetti de. Ação Civil Pública: Competência e efeitos da coisa julgada. São Paulo: Malheiros, 2003.
 SOUZA, MOTAURI Ciochetti de. Interesses Difusos em Espécie. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
MEDIAÇÃO	30 HORAS

EMENTA: Os métodos alternativos de resolução de conflitos. Contextualização histórica. Espécies. Conciliação. Arbitragem. Conceito de Mediação. Princípios que regem a mediação. O mediador. Habilidades e modos de atuação. As diversas técnicas de mediação. O processo de mediação. A mediação familiar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

TARTUCE, Fernanda. Mediação nos conflitos civis. São Paulo: Gen, 2008.
 VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. Mediação de conflitos e práticas restaurativas. São Paulo: Método, 2008.
 CALMON, Petrônio. Fundamentos da mediação e da conciliação. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CEZAR-FERREIRA, Verônica A. da Motta. Família, separação e mediação. Uma visão psicojurídica. São Paulo Método, 2004.
 MOORE, Christopher W. O processo de mediação. Porto alegre: Artmed, 1998.
 SALES, Lília de Moraes. Justiça e mediação de conflitos. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.
 VILELA, Marcelo Dias Gonçalves (Coord.). Métodos extrajudiciais de solução de controvérsias. São Paulo: Quartie Latin, 2007.
 RODRIGUES JÚNIOR, Walsir Edson. A prática da mediação e o acesso à justiça. Belo horizonte: Del Rey, 2007.

4º PERÍODO

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
DIREITO CIVIL II	60 HORAS

EMENTA: Conceituação da disciplina. Introdução à teoria das obrigações. A obrigação: conceito, sujeitos, objeto, conteúdo e finalidade. Modalidade das obrigações. Transmissão e extinção da obrigação. Do pagamento da obrigação. Inadimplemento da obrigação. Da responsabilidade civil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2008. Vol. 2.
 LÔBO, Paulo. Direito civil. Obrigações. São Paulo: Saraiva, 2011.
 VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil. São Paulo: Atlas, 2008. Vol. 2.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAHALI, Yusef Said. Dano Moral. São Paulo: Rev dos Trib, 2009.
 DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2008. Vol. 7.
 GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2008. Vol. 2.
 GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2008. Vol. 4.
 LÔBO, Paulo Luiz Netto. Teoria geral das obrigações. São Paulo: Saraiva, 2005.
 PEREIRA, Caio Mário da Silva. Responsabilidade Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
DIREITO PENAL II	60 HORAS

EMENTA: Da antijuricidade. Teoria da Pena. Conceito. Fundamento e finalidade. Sistemas Penitenciários.

Individualização da Pena. Penas Privativas de Liberdade, restritivas de direito e pecuniária. Aplicação da pena. Concursos de crime. Crime continuado. Sursis e livramento condicional. Efeitos da condenação e reabilitação. Medida de Segurança. Ação Penal. Extinção da Punibilidade. Prescrição.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITENCOURT, Cezar Roberto. Manual de Direito Penal. vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2008.

GRECO, Rogério. Direito penal, vol. 1. São Paulo: Ímpetus, 2008.

MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de Direito Penal. Parte Geral. v.1. São Paulo: Atlas, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal. Parte Geral. v.1. São Paulo: Saraiva, 2008.

JESUS, Damásio E. Direito Penal: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2008. v.1.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro. Parte Geral. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002, v. 2.

RIBEIRO, Sergio Nogueira. Crimes passionais e outros temas. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
DIREITO CONSTITUCIONAL II	60 HORAS

EMENTA: Sistema Constitucional Brasileiro: A Organização do Estado. Organização político-administrativa. Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. Proteção Constitucional e respeito às etnias formadoras da sociedade nacional. Direitos Sociais, da Nacionalidade e Políticos. A União. Os Estados Federados. Os Municípios. O Distrito Federal. Os Territórios. A Intervenção. A Administração Pública. Organização dos Poderes: Legislativo, Judiciário e Executivo. O Presidente da República. Os Ministros de Estado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. São Paulo: Método, 2008.

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Malheiros, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR;

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2002.

CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e teoria da Constituição. Almedina, 2003.

CASTRO, Flávia de Almeida Viveiros de. Interpretação constitucional e prestação jurisdicional. Rio de Janeiro: Lume: Júris, 2004.

FERREIRA, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. Saraiva. São Paulo: 2008.

TAVARES, André Ramos. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2008.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
DIREITO DO TRABALHO I	60 HORAS

EMENTA: Direito do Trabalho: Histórico, conceito, divisão e fontes. Princípios peculiares do Direito do Trabalho. Direito Individual do Trabalho. Empregado e Empregador. Reestruturação produtiva, terceirização e intermediação de mão-de-obra. Responsabilidade subsidiária e solidária. Contrato de Trabalho: espécies de contrato de trabalho e morfologia. Contrato temporário de trabalho e contrato a tempo parcial. Formas de garantias e estabilidade no emprego. O regime do Fundo de Garantia do tempo de Serviço. Salário e Remuneração: adicionais abonos e descontos salariais. Salário utilidade. A Duração do Trabalho. Tutela geral à jornada e ao horário de trabalho. Regulamentações Especiais de Trabalho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. Direito do trabalho e pós-modernidade: fundamentos para uma teoria geral. São Paulo, LTr, 2005.

CARRION, Valentin. Comentários à consolidação das leis do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2010.

SARAIVA, Renato. Direito do trabalho. São Paulo: Método, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROS, Alice Monteiro de. Curso de direito do trabalho. São Paulo: LTr, 2009.

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de direito do trabalho. São Paulo: LTr, 2008.

GOMES, Orlando; GOTTSCHALK, Elson. Curso de direito do trabalho. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito do trabalho. São Paulo: LTr, 2007.

RUSSOMANO, Mozart Victor. Consolidação das Leis do Trabalho anotada. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
DIREITO PROCESSUAL CIVIL I	60 HORAS

EMENTA: Direito Processual Civil: Noções introdutórias e históricas. Processo e Constituição. Institutos Fundamentais do Direito Processual - Aplicação do Direito Processual. Direito Processual Civil: Características, Institutos, Princípios. Disposições Gerais do CPC. Teoria Geral do Processo. Jurisdição. Conceito. Características. Objeto. Princípios. Jurisdição civil, Contenciosa e Voluntária. Substitutivos. Da ação. Histórico. Teorias. Condições da ação. Elementos da ação. Ação Mandamental. Ação no Direito do Trabalho. Ação no Direito Penal. Ação declaratória. Do processo. Conceito. Procedimento Comum e especial. Sistema da oralidade. Prazos. Ato de comunicação processual: citação e intimação. Pressupostos. Competência. Conceito. Critérios de divisão do trabalho jurisdicional. Princípios informadores. Ação civil pública. Do advogado. Do Ministério Público. Da Magistratura. Da Defensoria

Pública.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro. São Paulo: Saraiva. 2008. v. 1.
MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. Manual do processo de conhecimento. São Paulo: Revista dos tribunais, 2006.
THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. Rio de Janeiro: Forense, 2008. v.1.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil. Rio de Janeiro: Lumen juris. 2008. v 1.
MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de direito processual civil, volume 1: teoria geral do processo e processo de conhecimento. São Paulo: Atlas, 2008.
NERY JÚNIOR, Nelson. Código de processo civil comentado e legislação civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.
PASSOS, José Joaquim Calmon de. Esboço de uma teoria das nulidades aplicada às nulidades processuais. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
WAMBIER, Luiz Rodrigues; ALMEIDA, Flávio R. Correia; TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de processo civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. v.1.

5º PERÍODO

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
DIREITO CIVIL III	60 HORAS

EMENTA: Direito obrigacional – O contrato – Elementos e classificação dos contratos – Formação dos contratos – Interpretação e integração contratual – Responsabilidade civil pré e pós-contratual – Extinção dos contratos – Dos contratos em espécie: nominados, mistos, típicos e atípicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2008. Vol. 3.
LÔBO, Paulo. Direito civil. Contratos. São Paulo: Saraiva, 2011.
VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil. São Paulo: Atlas, 2008. Vol. 3.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRANCO, Gerson Luiz Carlos. Função Social do Contrato. São Paulo: Saraiva, 2009.
GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2008. Vol. 3.
LÔBO, Paulo Luiz Netto; LYRA JR., Eduardo Messias Gonçalves de (Coord.). A teoria do contrato e o novo Código Civil. Recife: Nossa Livraria, 2003.
NADER, Paulo. Curso de Direito Civil. São Paulo: Forense, 2008. Vol. 3.
PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. São Paulo: Forense, 2008. Vol. 3.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
DIREITO PENAL III	60 HORAS

EMENTA: Introdução à parte especial: características, sistemas de classificação, influência da parte especial. Crimes, entre as suas diversas espécies, contra a pessoa, o patrimônio, a propriedade imaterial, a organização do trabalho, o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Dos crimes contra o costume - Dos crimes contra a família - Dos crimes contra a incolumidade pública - Dos crimes contra a fé pública - Dos crimes contra a administração pública.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GRECO, Rogério. Direito penal, vol. 2. São Paulo: Ímpetus, 2008.
GRECO, Rogério. Direito penal, vol. 3. São Paulo: Ímpetus, 2008.
GRECO, Rogério. Direito penal, vol. 4. São Paulo: Ímpetus, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. São Paulo: Saraiva, 2008. V. 2
BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. São Paulo: Saraiva, 2008. V. 3
BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. São Paulo: Saraiva, 2008. V. 4
CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal. v. 2. São Paulo: Saraiva, 2008.
CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal. v. 3. São Paulo: Saraiva, 2008.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
DIREITO CONSTITUCIONAL III	30 HORAS

EMENTA: Evolução histórica das Declarações de Direitos. Direitos fundamentais: conceito, terminologia, classificação e características. Natureza jurídica, eficácia e aplicabilidade das normas de direitos fundamentais. Direitos e deveres individuais e coletivos. Direito à vida. Direito à privacidade. Direito à liberdade. Direito à propriedade. Direitos sociais. Nacionalidade. Garantias dos direitos fundamentais. Remédios constitucionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. São Paulo: Atlas, 2007.
MORAES, Alexandre de. Direitos humanos fundamentais. São Paulo: Atlas, 2008.
SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Malheiros, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AGRA, Walber de Moura. Curso de direito constitucional. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

- BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Malheiros, 2005.
- CASTRO, Flávia de Almeida Viveiros de. Interpretação constitucional e prestação jurisdicional. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2004.
- MENDES, Gilmar Ferreira. Direitos fundamentais e controle de constitucionalidade. São Paulo: Celso Bastos, 2004.
- TAVARES, André Ramos. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2008.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
DIREITO DO TRABALHO II	60 HORAS

EMENTA: Direito Coletivo do Trabalho. Origens históricas dos sindicatos. Direito Sindical no Brasil e Desenvolvimento Social, Político e Econômico. O Direito Internacional do Trabalho e a OIT. Conflitos coletivos de trabalho e suas formas de solução: convenções e acordos coletivos. A problemática da Justiça do Trabalho. O direito de greve e o lockout. Globalização e Direito Sindical. Reestruturação produtiva e sindicalismo de colaboração. A internacionalização do Direito Coletivo do Trabalho. Mercosul e o Direito Coletivo do Trabalho. Perspectivas do Direito Coletivo do Trabalho brasileiro e internacional. Globalização, flexibilização e terceirização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. Direito do trabalho e pós-modernidade: fundamentos para uma teoria geral. São Paulo, LTr, 2005.
- CARRION, Valentin. Comentários à consolidação das leis do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2010.
- SARAIVA, Renato. Direito do trabalho. São Paulo: Método, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- BARROS, Alice Monteiro de. Curso de direito do trabalho. São Paulo: LTr, 2007.
- DELGADO, Maurício Godinho. Curso de direito do trabalho. São Paulo: LTr, 2008.
- GOMES, Orlando; GOTTSCALK, Elson. Curso de direito do trabalho. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao Direito do Trabalho. São Paulo, LTr, 2007.
- RUSSOMANO, Mozart Victor. Consolidação das Leis do Trabalho anotada. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
DIREITO PROCESSUAL CIVIL II	60 HORAS

EMENTA: Petição inicial. Pedido. Valor da causa. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Resposta: contestação. Exceções. Reconvenção. Revelia. Instrução: provas - teoria geral; provas em espécie: testemunhal, documental, pericial, depoimento pessoal, exibição de documento, incidente de falsidade, confissão, inspeção pessoal, audiência de instrução e julgamento. Sentença. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária. Recursos. Regras gerais. Da apelação. Do Agravo de Instrumento. Dos Embargos de Declaração. Dos Embargos Infringentes. Do Recurso Especial. Do Recurso Extraordinário. Do Recurso Ordinário. Do Agravo Regimental. Dos Embargos de Divergência. Da Coisa Julgada. Da Ação Rescisória. Do Mandado de Segurança. Da Uniformização de Jurisprudência. Da declaração incidental de inconstitucionalidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro. São Paulo: Saraiva. 2008. v. 2.
- MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. Processo de conhecimento. São Paulo: Revista dos tribunais 2008. V.2
- THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. Rio de Janeiro: Forense, 2008. v.1.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil. Rio de Janeiro: Lumen juris. 2008. v 1.
- CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil. Rio de Janeiro: Lumen juris. 2008. v 2.
- MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de direito processual civil, volume 1: teoria geral do processo e processo de conhecimento. São Paulo: Atlas, 2008.
- MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de direito processual civil, volume 2: teoria geral dos recursos, recursos em espécie. São Paulo: Atlas, 2008.
- WAMBIER, Luiz Rodrigues; ALMEIDA, Flávio R. Correia; TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de processo civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. v.1.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
PRÁTICA JURÍDICA SIMULADA I (CÍVEL)	30 HORAS

EMENTA: Mandato – Substabelecimento – Renúncia e Revogação do Mandato. Petições. Petição Inicial. A Contestação: Preliminares e Mérito; Exceções E Reconvenção. Procedimentos: Ordinários, Sumários e Sumaríssimos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- FILHO, Misael Montenegro. Curso de Direito Processual Civil. 4ª ed. São Paulo; Atlas, 2008. V. 1, 2 e 3.
- MILHOMENS, Jônatas; ALVES, Geraldo Magela. Manual Prático do Advogado. Forense.
- NERY Júnior, Nelson. Código de processo civil comentado. 11ª ed. São Paulo: Ver dos Tribunais, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 44ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- BRASIL. Código de processo civil. 40ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CASELLA, José Brasmo. Manual de Prática Forense: processo civil. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
 DINIZ, Maria Helena. Código Civil Anotado. 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
 SEGADAS, Viana; GORINI, Aguiar. Manual prático das procaurações: definições, orientação, legislação, jurisprudência e minutas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Freitas bastos.

6º PERÍODO

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
DIREITO CIVIL IV	60 HORAS

EMENTA: Da posse: princípios, conceitos fundamentais e sua classificação. Aquisição da posse e seus efeitos. Da perda da posse. Dos direitos reais: princípios, fontes, conceitos fundamentais e classificação. Da propriedade e sua função social. Da descoberta. A aquisição da propriedade imóvel: usucapião, aquisição pelo registro de título, aquisição pelo registro de título, aquisição por acessão. A aquisição da propriedade móvel. Da perda da propriedade. Dos direitos de vizinhança. Condomínio: voluntário, necessário e edilício. A propriedade resolúvel e fiduciária. Dos direitos reais sobre coisas alheias: caracteres e classificação. Da superfície. Da servidão. Do usufruto, uso e direito real de habitação. O direito do promitente comprador. Dos direitos reais de garantia: penhor, hipoteca e anticrese.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2008. Vol. 4.
 NADER, Paulo. Curso de Direito Civil. São Paulo: Forense, 2008. Vol. 4.
 VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil. São Paulo: Atlas, 2008. Vol. 5.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRANDÃO, Everilda. Propriedade privada funcionalizada. Rio de Janeiro: GZ, 2012.
 GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2008. Vol. 5.
 PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. São Paulo: Forense, 2008. Vol. 4.
 TEPEDINO, Gustavo. Temas de direito civil. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. Tomo I.
 TEPEDINO, Gustavo. Temas de direito civil. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. Tomo II.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
DIREITO PROCESSUAL CIVIL III	60 HORAS

EMENTA: Execução. Regras Gerais. Princípios informadores da Execução. Responsabilidade patrimonial. Sujeitos do Processo de Execução. Espécies de execução: entrega de coisa, quantia certa, obrigação de fazer, alimentos, Fazenda Pública. Petição inicial. Citação. Arresto. Penhora. Avaliação. Arrematação. Pagamento: adjudicação, usufruto de imóvel ou empresa, dinheiro. Suspensão da Execução. Remição da Execução, remição de bens e remissão. Insolvência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro. São Paulo: Saraiva. 2008. v. 3.
 MARINONI, Luiz Guilherme, ARENHART, Sérgio Cruz. Curso de Processo Civil : Execução. V. 3, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
 THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. Rio de Janeiro: Forense, 2008. v.2.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVIM, Arruda. Manual de Direito Processual Civil: processo do conhecimento. 12.ed. São Paulo: Rev dos Tribunais 2008. V.1 e V.2
 ARMELIN, Donald... [et al.]. Comentários à execução civil. São Paulo: Saraiva, 2008.
 ASSIS, Araken de. Da execução de alimentos e prisão do devedor. São Paulo: LTr, 2004.
 CIANCI, Mira; QUARTIERI, Rita. Temas atuais da execução civil. São Paulo: Saraiva, 2007.
 WAMBIER, Luiz Rodrigues; ALMEIDA, Flávio R. Correia; TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de processo civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. v.2.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
DIREITO PROCESSUAL PENAL I	60 HORAS

EMENTA: Noções preliminares. Evolução histórica. Teoria da jurisdição. Objeto e conteúdo do processo penal. Princípios fundamentais do processo penal. Princípio inquisitório e acusatório. O processo penal garantista. Inquérito Policial. As ilegalidades da atividade policial na persecução criminal e os direitos fundamentais. Ação Penal. Ação civil exdelicto. Competência e jurisdição. Organização Judiciária. O papel do juiz no moderno processo penal constitucional. As partes processuais. O direito de defesa. Processo Incidente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. São Paulo: Saraiva, 2008.
 NUCCI, Guilherme de Souza. Leis penais e processuais penais comentadas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
 TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAPEZ, Fernando; COLNAGO, Rodrigo. Prática Forense Penal. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
 GRECO FILHO, Vicente. Manual de processo penal. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
 MIRABETE, Julio Fabrini. Processo Penal. São Paulo: Atlas, 2002.
 NUCCI, Guilherme de Souza. Código de processo penal comentado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
 TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Prática de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 2002.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	30 HORAS

EMENTA: Direito Processual do Trabalho: conceito, histórico, características, princípios - Justiça do Trabalho: Organização e Competência. Atuais questões quanto à competência da Justiça do Trabalho: dano moral, acidente do trabalho, reparação de danos materiais. O Processo Trabalhista: O Dissídio Individual, O Dissídio Coletivo - Recursos - Execução - Perspectivas do Direito Processual do Trabalho. O procedimento sumaríssimo na Justiça do Trabalho. As comissões de conciliação prévia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARRION, Valentin. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2010.

GIGLIO, Wagner D. Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2007.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito processual do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito processual do Trabalho. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, Sérgio Pinto. Tutela antecipada e tutela específica no processo do trabalho. São Paulo: Atlas, 2002.

PINTO, José Augusto Rodrigues. Processo trabalhista de conhecimento. São Paulo: LTr, 2005.

SARAIVA, Renato. Curso de Direito Processual do Trabalho. São Paulo. Método, 2008.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
DIREITO PENAL COMPLEMENTAR	30 HORAS

EMENTA: Direito Penal Especial. Contravenções Penais - Direito Penal Militar - Direitos Penais Econômicos - Direito Penal Ambiental - Outras leis penais especiais: tóxicos, segurança nacional, imprensa, abuso de autoridade, responsabilidade, crimes hediondos, crime organizado, porte de arma, interceptação telefônica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GRECO FILHO, Vicente ; RASSI, João Daniel. Lei de drogas anotada. São Paulo: Saraiva, 2008.

GRECO FILHO, Vicente. Tóxicos: prevenção e repressão. 13.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MORAES, Alexandre de & SMANIO, Gianpolo Poggio. Legislação penal especial. São Paulo: Atlas, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOAS FILHO, Fernando Alves Martins Villa. Crime organizado e repressão policial. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

CAVANCANTE, Elaine. Introdução ao direito ambiental penal. Barueri, SP: Manole, 2005.

COELHO, João Miguel Galhardo. Uso e porte de arma. São Paulo: Almedina, 1997.

GIULIANI, Ricardo Henrique. Direito processual militar. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2007.

SIQUEIRA FILHO, Élio Wanderley de. Repressão ao crime organizado: inovações da lei 9.034/95. Curitiba: Juruá, 2008.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
DIREITO CONSTITUCIONAL IV	30 HORAS

EMENTA: A defesa do Estado e das instituições democráticas; as finanças públicas na CF/88; a ordem econômica e financeira; a ordem social; as disposições constitucionais gerais; as disposições constitucionais transitórias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AGRA, Walber de Moura. Curso de direito constitucional. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. São Paulo: Atlas, 2007. (32)

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Malheiros, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROSO, Luís Roberto. Controle de constitucionalidade no direito brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2008.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2002.

CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e teoria da Constituição. Almedina, 2003.

ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. Direitos de Para Todos. 2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

TAVARES, André Ramos. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2008.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
PRÁTICA JURÍDICA SIMULADA II (CÍVEL)	30 HORAS

EMENTA: Da intervenção de terceiros. Do processo cautelar. Cumprimento de sentença e execução. Dos recursos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FILHO, Misael Montenegro. Curso de Direito Processual Civil. 4ª ed. São Paulo; Atlas, 2008. V. 1, 2 e 3.

MILHOMENS, Jônatas; ALVES, Geraldo Magela. Manual Prático do Advogado. Forense.

NERY Júnior, Nelson. Código de processo civil comentado. 11ª ed. São Paulo: Ver dos Tribunais, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 44ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BRASIL. Código de processo civil. 40ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CASELLA, José Brasmo. Manual de Prática Forense: processo civil. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

DINIZ, Maria Helena. Código Civil Anotado. 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SEGADAS, Viana; GORINI, Aguiar. Manual prático das procurações: definições, orientação, legislação, jurisprudência

e minutas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos.

7º PERÍODO

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
DIREITO CIVIL V	60 HORAS

EMENTA: A proteção do Estado à organização familiar. As relações familiares na sociedade contemporânea. Casamento: regime de bens entre os cônjuges. Parentesco. Filiação. Tutela. Curatela. Interdição. Ausência. Alimentos. Casamento: Processo de Habilitação, Impedimentos e sua Oposição. Efeitos Jurídicos. Dissolução da Sociedade Conjugal e Divórcio. Filiação Legítima. Reconhecimento dos Filhos Ilegítimos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2008. Vol. 5.

LÓBO, Paulo. Direito civil: famílias. São Paulo: Saraiva, 2008.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil. São Paulo: Atlas, 2008. Vol. 6.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AKEL, Ana Carolina Silveira. Guarda Compartilhada: um avanço para a família. São Paulo: Atlas, 2009.

DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. 5.ed. São Paulo: Rev dos Tribunais, 2009.

GOÑCALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2008. Vol. 6.

NADER, Paulo. Curso de Direito Civil. São Paulo: Forense, 2008. Vol. 5.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito civil. Rio de Janeiro: Forense, 2007. Vol. 5.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV	60 HORAS

EMENTA: Processo Cautelar. Regras gerais. Arresto. Sequestro. Busca e apreensão. Caução. Justificação. Alimentos provisionais. Atentado. Produção, notificações e interpelações. Ação de Consignação em Pagamento. Ação de Depósito. Ação de Usucapião. Ações Possessórias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro. São Paulo: Saraiva. 2008. v. 3.

THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. Rio de Janeiro: Forense, 2008. v.2.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; ALMEIDA, Flávio R. Correia; TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de processo civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. v.3.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil. Rio de Janeiro: Lumen juris. 2008. v 3.

MARINONI, Luiz Guilherme. Antecipação da tutela. 10.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de direito processual civil, volume 3: medidas de urgência, tutela antecipada e ação cautelar. São Paulo: Atlas, 2008.

MONTENEGRO FILHO, Misael. Ações Possessórias. 2.ed. São Paulo: Atlas, SILVA, Ovídio Araújo Baptista. Do processo cautelar. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

SILVA, Ovídio Araújo Baptista. Do processo cautelar. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
DIREITO PROCESSUAL PENAL II	30 HORAS

EMENTA: Incidentes. Fatos e Atos processuais. Nulidades: os princípios constitucionais e a ineficácia dos atos processuais. Citação, Notificação e Intimação. Prova: direito à prova. Limites. Provas ilícitas. Prisão e liberdade provisória: os princípios constitucionais e os direitos humanos fundamentais. Procedimento comum e procedimentos especiais. O Júri. Sentença: Aspectos gerais. Vícios. Individualização da pena. Correlação entre acusação e sentença. Motivações Ideológicas. Coisa Julgada. Recursos. Habeas Corpus. Revisão Criminal. Leis processuais especiais: tóxicos, crimes hediondos, juizados especiais, crime organizado, interceptação telefônica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. São Paulo: Saraiva, 2008.

NUCCI, Guilherme de Souza. Código de processo penal comentado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAPEZ, Fernando. O Direito Penal e Processual Penal na Visão dos Tribunais. São Paulo: Saraiva, 2002.

GRECO FILHO, Vicente. Manual de processo penal. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MIRABETE, Julio Fabrini. Processo Penal. São Paulo: Atlas, 2002.

NUCCI, Guilherme de Souza. Leis penais e processuais penais comentadas. São Paulo: Revista do Tribunais, 2008.

NUCCI, Guilherme. Manual de Processo Penal e Execução Penal. São Paulo: Ver dos Tribunais, 2008.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
DIREITO ADMINISTRATIVO I	60 HORAS

EMENTA: Conceito. Campo de Aplicação. Relação com os demais Ramos do Direito. Fontes do Direito Administrativo. Administração Pública. Relação de Direito Administrativo. Regime Jurídico-Administrativo. Princípios

Constitucionais do Direito Administrativo. Poderes Administrativos. Organização Administrativa. Órgãos Administrativos. Atos Administrativos. Noções Gerais sobre Procedimento Administrativo. Licitação. Contratos Administrativos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALEXANDRINO, Marcelo; Paulo Vicente. Direito Administrativo Descomplicado. 17ª ed. São Paulo: Método, 2009.
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2008.
MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: RT, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
CRETILLA JÚNIOR, José. Curso de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
HANGER, Marcelo (coord). Curso de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2008.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
DIREITO EMPRESARIAL I	60 HORAS

EMENTA: Introdução: origem, conceito e evolução histórica do Direito Comercial. Autonomia, conteúdo e fontes do Direito Comercial. Ato de comércio e a figura do comerciante. Teoria da Empresa. A Empresa e o Empresário. O Fundo de comércio e o estabelecimento empresarial. Institutos complementares da empresa. A personalidade jurídica das sociedades e sua classificação. Sociedades nacional, estrangeira e dependente de autorização. Cooperativa. A microempresa e a empresa de pequeno porte. Reestruturação societária: Cisão fusão, incorporação e liquidação das sociedades.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARVALHOSA, Modesto. Comentários à Lei das Sociedades Anônimas São Paulo: Saraiva, 2008.
COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 2007.
DINIZ, Maria Helena. Direito civil brasileiro: direito de empresa. São Paulo: Saraiva, 2008. Vol. 8.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 2008.
FAZZIO JÚNIOR, Waldo. Fundamentos de direito comercial. São Paulo: Atlas, 2002.
MARTINS, Fran. Curso de Direito Comercial. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 2008, Vol. I.
REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 2008, Vol. II.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
PRÁTICA JURÍDICA SIMULADA III (PENAL)	30 HORAS

EMENTA: Conceito e aspectos de crime. Visão geral dos procedimentos criminais: fase pré-processual. Prisão em flagrante: *Habeas Corpus* e relaxamento de prisão. Prisão Preventiva: Revogação da Prisão Preventiva. Liberdade Provisória com ou sem fiança. Defesa preliminar. Alegações finais. Recursos criminais. Protesto por novo júri. Apelação. Recurso em sentido estrito. Peças de execução criminal; Agravo em execução, pedido de progressão de regime e pedido de extinção de punibilidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEZ, Fernando; COLNAGO, Rodrigo Henrique. 3ª ed. Prática Forense Penal. São Paulo: Saraiva, 2009.
MACHADO, Ângela C. Cangiano et al. Prática Penal. São Paulo: revista dos Tribunais, 2008.
NUCCI, Guilherme de Souza. Prática Forense Penal. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: RT 2010.
MIRABETE, Júlio Fabbrini. Processo penal. 13ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. 8ª ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2010.
TOURINHO, Fernando da Costa Filho. Prática de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 2002.
TOURINHO, Fernando da Costa Filho. Manual de Processo Penal. 10ª ed. São Paulo; Saraiva.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
PRÁTICA JURÍDICA REAL I	105 HORAS

EMENTA: Estágio Supervisionado desenvolvido através de atendimento jurídico sob orientação de advogados e professores, realizado no Núcleo de Prática Jurídica, em escritórios de advocacia ou órgãos públicos conveniados. Elaboração e análise crítica de peças processuais: petições iniciais, contestações, exceções e recursos entre outras. Participação em sessões de mediação e arbitragem. Acompanhamento de processos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. 41ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008, Vol. I.
THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. 41ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008, Vol. II.
THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. 41ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006, Vol. III.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAHALY, Yussef Said. Código Civil: Código de processo Civil: Constituição Federal 2006. São Paulo: Revista dos Tribunais.

CASELLA, José Erasmo. Manual de prática forense: processo civil. 7ª Ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2008.
 DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antônio. Curso de português jurídico. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.
 NEGRÃO, Teothônio; GOUVEA, José Roberto F. Código de Processo Civil e legislação processual em vigor. São Paulo: Saraiva, 2002.
 VENOSA, Sílvio de Salvo (Org.). Novo código civil: texto comparado Código Civil de 2002, Código Civil de 1916. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

8º PERÍODO

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
DIREITO CIVI VI	60 HORAS

EMENTA: Do direito sucessório: definição e justificação histórica. Da herança: administração, vocação hereditária, aceitação e renúncia. Da herança jacente. Do testamento e do legado: substituição, deserdação, revogação e dos procedimentos processuais. Do inventário: pagamento de dívidas, colação e partilha.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2008. Vol. 6.
 LÔBO, Paulo. Direito civil. Sucessões. São Paulo: Saraiva, 2013.
 VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil. São Paulo: Atlas, 2008. Vol. 7.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2008. Vol. 7.
 HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes. Direito das sucessões. São Paulo: RT, 2007.
 NADER, Paulo. Curso de Direito Civil. 3ª ed. São Paulo: Forense, 2009. Vol. 6.
 OLIVEIRA, Euclides de. Direito de Herança: a nova ordem da sucessão. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
 PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito civil. Rio de Janeiro: Forense, 2008. Vol. 6.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
DIREITO ADMINISTRATIVO II	60 HORAS

EMENTA: Agentes Públicos. Regime Jurídico Constitucional dos Servidores Públicos. Intervenção do Estado na Propriedade Privada e no Domínio Econômico. Desapropriação. Licitação. Contratos Administrativos. Responsabilidade Patrimonial da Administração Pública. Controle dos Atos da Administração.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROS, Wellington Pacheco. Licitações e contratos Administrativos. São Paulo: Atlas, 2009.
 NASCIMENTO, Carlos Vander do; MARTINS, Ives Granda da Silva. Comentários à Lei de responsabilidade fiscal. São Paulo: Saraiva, 2009.
 RIGOLIN, Ivan Barbosa. Comentários às leis das PPPS, dos consórcios públicos e das organizações sociais. São Paulo: Saraiva, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MORAES, Germana de Oliveira. Controle jurisdicional da administração pública. São Paulo: Dialética, 2004.
 MUKAI, Toshio. Licitações e contratos públicos. São Paulo: Saraiva, 2008.
 RIGOLIN, Ivan Barbosa; BOTTINO, Marco Túlio. Manual prático das licitações. São Paulo: Saraiva, 2008.
 SANTOS, Carlos Frederico Brito dos. Improbidade administrativa. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
 SILVA, Fernando Quadros da. Agências reguladoras: a sua independência e o princípio do estado democrático de direito. Curitiba: Juruá, 2007.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
DIREITO EMPRESARIAL II	60 HORAS

EMENTA: A personalidade jurídica das sociedades. Classificação das sociedades. O sócio. O Capital. A quota. A ação. Cooperativa. Sociedade nacional, estrangeira, e dependente de autorização. Companhias abertas, fechadas, de economia mista e grupos de sociedades. Sociedades coligadas, controladas e de simples participação. Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Reestruturação societária: cisão fusão, incorporação e transformação. Dissolução e liquidação de sociedades.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARVALHOSA, Modesto. Comentários à Lei das Sociedades Anônimas São Paulo: Saraiva, 2008.
 NEGRÃO, Ricardo. Manual de Direito Comercial e de Empresa. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008. V.1.
 NEGRÃO, Ricardo. Manual de Direito Comercial e de Empresa. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008. V.2.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LAZZARESCHI NETO, Alfredo Sérgio. Lei das Sociedades por ações anotada. São Paulo: Saraiva, 2008.
 MAMEDE, Gladstone. Comentários ao Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. São Paulo: Atlas, 2007.
 MARTINS, Fran. Curso de Direito Comercial. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
 REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 2008, Vol. I.
 REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 2008, Vol. II.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
--------------------	-----------------------

DIREITO TRIBUTÁRIO I	60 HORAS
<p>EMENTA: O Fenômeno Tributário. As espécies tributárias. O Sistema Tributário Nacional. A legislação tributária. A obrigação e o Crédito tributário. A Administração Tributária. O Processo Administrativo fiscal.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BALEEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro; Rio de Janeiro: Forense, 2008. CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. 21ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009. COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de direito tributário brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2008.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ÁVILA, Humberto. Sistema constitucional tributário. São Paulo: Saraiva, 2008. CARRAZZA, Roque. Curso de direito constitucional tributário. São Paulo: Malheiros, 2001. MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. São Paulo: Malheiros, 2002. NOGUEIRA, Ruy Barbosa. Curso de direito tributário. São Paulo: Saraiva, 1999. TÔRRES, Heleno. Direito Privado e Direito Tributário. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.</p>	
DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
ORIENTAÇÃO DE MONOGRAFIA I – TC I	30 HORAS
<p>EMENTA: Importância de pesquisas e da produção de trabalhos científicos na formação do profissional do Direito. Retomada dos principais tópicos discutidos na disciplina Metodologia da Pesquisa Científica, de suas aplicações ao longo do curso e perspectivas de sua utilização a realização das monografias. Escolha do tema da monografia. Relevância de temas: como avaliar uma monografia – Questões teórico-sociais contemporâneas presentes na literatura jurídica e veiculada pela mídia.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BASTOS, Cleverson; KELLER, Vicente. Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica. Petrópolis (RJ) Vozes, 2006. FILIPPETO, Maria Elizabeth Carvalho Pádua. Apontamentos de Redação e Prática Forense. São Paulo: Memória Jurídica, 2001. NUNES, Rizzatto. Manual da Monografia do trabalho Científico. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: GOLDEMBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro Record, 2007. LEITE, Eduardo de Oliveira. A monografia jurídica. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. LUCKESI, Cipriano Carlos. [et al]. Fazer universidade: uma proposta metodológica. São Paulo: Cortez, 2007. OLIVEIRA, Silvio Luiz de. Metodologia Científica Aplicada ao Direito. São Paulo: Pioneira Thompson, 2002. TAFNER, Elizabeth Penzlien. Metodologia do Trabalho Científico. 2ª ed. Curitiba, PR: Juruá, 2007.</p>	
DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
PRÁTICA JURÍDICA SIMULADA IV (TRABALHISTA)	30 HORAS
<p>EMENTA: Organização da Justiça do Trabalho. Jurisdição trabalhista e competências. Das partes e seus procuradores. Os ritos processuais. Requisitos para a elaboração de uma reclamação trabalhista: Elaboração de uma triagem. Etapas da elaboração de uma reclamação trabalhista no rito sumaríssimo. Cálculos trabalhistas. A defesa do reclamado. Rito ordinário e Rito sumário. Recursos das decisões trabalhistas. Embargos de declaração. Recurso ordinário Recurso de revista. Agravo de petição. Agravo de instrumento. Execução.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CARRION, Valentin. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho, 30ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005, 1322. MARTINS, Sérgio Pinto. Manual de Direito do Trabalho, 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2006. NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao Direito do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2005.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: MARTINS, Sérgio Pinto. Tutela antecipada e tutela específica no processo do trabalho. São Paulo: Atlas, 2002. PINTO, José Augusto Rodrigues. Processo trabalhista de conhecimento. São Paulo: LTr, 2005. SARAIVA, Renato. Curso de Direito Processual do Trabalho. 5ª ed. São Paulo: Método, 2008. SUSSEKIND, Arnaldo. Curso de Direito do Trabalho. 2ª ed. Rio de Janeiro, 2004. TUPINAMBÁ, Carolina. Competência da justiça do trabalho à luz da reforma constitucional. Rio de Janeiro: Forense, 2006.</p>	
DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
PRÁTICA JURÍDICA REAL II	105 HORAS
<p>EMENTA: Estágio Supervisionado desenvolvido através de atendimento jurídico sob orientação de advogados e professores, realizado no Núcleo de Prática Jurídica, em escritórios de advocacia ou órgãos públicos conveniados. Elaboração e análise crítica de peças processuais: petições iniciais, contestações, exceções e recursos entre outras. Participação em sessões de mediação e arbitragem. Acompanhamento de processos.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. 41ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008, Vol. I. THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. 41ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008, Vol. II.</p>	

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. 41ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006, Vol. III.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAHALY, Yussef Said. Código Civil: Código de processo Civil: Constituição Federal 2006. São Paulo: Revista dos Tribunais.

CASELLA, José Erasmo. Manual de prática forense: processo civil. 7ª Ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2008.

DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antônio. Curso de português jurídico. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

NEGRÃO, Teothônio; GOUVEA, José Roberto F. Código de Processo Civil e legislação processual em vigor. São Paulo: Saraiva, 2002.

VENOSA, Sílvio de Salvo (Org.). Novo código civil: texto comparado Código Civil de 2002, Código Civil de 1916. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

9º PERÍODO

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
DIREITO EMPRESARIAL III	30 HORAS

EMENTA: Teoria geral dos títulos de crédito: aceite, endosso, aval e protesto. Tipos: letra de câmbio, a nota promissória, o cheque, a duplicata mercantil e de prestação de serviços, títulos de armazéns gerais, títulos emitidos por sociedades anônimas, títulos de crédito industrial, títulos de crédito rural, demais títulos de créditos. Teoria geral dos contratos mercantis: compra e venda mercantil, contrato estimatório ou de consignação, transporte de coisas e de pessoas, seguro, depósito, contratos de colaboração ou intermediação, contratos bancários impróprios. Outros contratos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 2007.

MAMEDE, Gladstone. Direito Empresarial Brasileiro. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2009. Vol. 3.

MARTINS, Fran. Títulos de crédito. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Amador Paes de. Teoria e Prática dos Títulos de Crédito. 28ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MAYRIQUES, Saulo Sena. Manual Prático dos Títulos de Crédito: doutrina e prática. São Paulo: Edipro, 2009.

MEDICI, Octavio. Cheque: prática, processo e jurisprudência - Civil. Curitiba, PR: Juruá, 2009.

REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 2008.

RIZZARDO, Arnaldo. Títulos de Crédito. São Paulo: Forense, 2009.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
DIREITO TRIBUTÁRIO II	60 HORAS

EMENTA: Sistema Tributário. Impostos. Taxas. Contribuições de Melhoria. Contribuições especiais – sociais, interventivas e corporativas. Empréstimo Compulsório. Crimes Tributários. O Contencioso tributário. Processo Administrativo tributário. Processo tributário judicial. O direito tributário frente aos processos de integração econômica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2003.

BALEEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro; Rio de Janeiro: Forense, 2008.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de direito tributário brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARRAZZA, Roque. Curso de direito constitucional tributário. São Paulo: Malheiros, 2001.

CASTRO, Alexandre Barros. Procedimento administrativo tributário: teoria e prática. São Paulo: Saraiva, 2008.

CASTRO, Alexandre Barros. Processo Tributário: teoria e prática. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

MELO, José Eduardo Soares. Curso de direito tributário. São Paulo: Dialética, 2008.

TAVARES, Alexandre Macedo. Fundamentos de Direito Tributário. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
DIREITO AMBIENTAL	60 HORAS

EMENTA: Ecologia e meio ambiente. A crise ambiental. Direito ambiental: fontes, princípios e conceitos fundamentais; problemas e temas relevantes; fundamentos históricos e constitucionais. O Direito e os recursos ambientais. Direito ambiental brasileiro. Direito ambiental comparado. As conferências internacionais sobre meio ambiente e ecologia. O programa das Nações Unidas para o meio ambiente. Princípios legais supranacionais para a proteção ambiental e desenvolvimento sustentável. Políticas ambientais para o desenvolvimento econômico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. 6ª ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2002.

MILARÉ, Édis. Direito do Ambiente: doutrina, jurisprudência e glossário. 6ª ed. São Paulo: Ver. Dos Tribunais, 2009.

SILVA, José Afonso da. Direito Ambiental Constitucional. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROS, Wellington Pacheco. Curso de Direito Ambiental. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. Leis. Legislação de Direito Ambiental. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Aide, 2000.

MACHADO, Paulo Afonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 17ª ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. Manual de Direito Ambiental. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	60 HORAS

EMENTA: Introdução e desenvolvimento histórico. Normas internacionais: o tratado internacional; formas não-convencionais de expressão do direito internacional. O costume internacional. Princípios Gerais do Direito. Atos unilaterais. Decisões das organizações internacionais. Instrumentos de interpretação e de compensação. Jurisprudência e doutrina. Analogia e equidade. Personalidade internacional: o Estado; organizações internacionais. Responsabilidade internacional. O fenômeno sucessório. Domínio público internacional: o mar, rios internacionais, o espaço. Conflitos internacionais: solução pacífica; a guerra frente ao direito internacional contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ACCIOLY, Hildebrando; NASCIMENTO E SILVA, Geraldo Eulálio do. Manual de Direito Internacional Público. São Paulo: Saraiva, 2008.

GORENSTEIN, Fabiana; HIDAKA, Leonardo Jun Ferreira; LIMA JR, Jayme; BENVENUTO, Jayme (orgs.). Manual de direitos humanos internacionais. São Paulo: Loyola, 2002

REZEK, J. F. Direito internacional público. São Paulo: Saraiva, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARVALHO, Leonardo A. de (coord.) Geopolítica e relações internacionais. Curitiba: Juruá, 2008.

D'ANGELIS, Wagner Rocha (coord). Direito da Integração: direitos humanos no século XXI. Curitiba, PR: Juruá 2008.

HUSEK, Carlos Roberto. Curso de Direito Internacional Público. 9ed. São Paulo: LTR, 2009.

PEREIRA, Bruno Yepes. Curso de Direito Internacional Público. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

REZEK, J. F. O direito internacional no século XXI. São Paulo: Saraiva, 2002.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
ORIENTAÇÃO DE MONOGRAFIA II – TC II	30 HORAS

EMENTA: Importância de pesquisas e da produção de trabalhos científicos na formação do profissional do Direito. Retomada dos principais tópicos discutidos na disciplina Metodologia da Pesquisa Científica, de suas aplicações ao longo do curso e perspectivas de sua utilização a realização das monografias. Escolha do tema da monografia. Relevância de temas: como avaliar uma monografia – Questões teórico-sociais contemporâneas presentes na literatura jurídica e veiculada pela mídia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BASTOS, Cleverson; KELLER, Vicente. Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica. Petrópolis (RJ) Vozes, 2006.

FILIPPETTO, Maria Elizabeth Carvalho Pádua. Apontamentos de Redação e Prática Forense. São Paulo: Memória Jurídica, 2001.

NUNES, Rizzato. Manual da Monografia do trabalho Científico. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GOLDEMBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro Record, 2007.

LEITE, Eduardo de Oliveira. A monografia jurídica. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

LUCKESI, Cipriano Carlos. [et al]. Fazer universidade: uma proposta metodológica. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. Metodologia Científica Aplicada ao Direito. São Paulo: Pioneira Thompson, 2002.

TAFNER, Elizabeth Penzlien. Metodologia do Trabalho Científico. 2ª ed. Curitiba, PR: Juruá, 2007.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
PRÁTICA JURÍDICA SIMULADA V (ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO)	30 HORAS

EMENTA: Processo administrativo. O contencioso tributário. Processo administrativo tributário. Processo judicial tributário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASTRO, Alexandre Barros. Procedimento administrativo tributário: teoria e prática. São Paulo: Saraiva, 2008.

CASTRO, Alexandre Barros. Processo Tributário: teoria e prática. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

NERY Júnior, Nelson. Código de processo civil comentado. 11ª ed. São Paulo: Ver dos Tribunais, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 44ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BRASIL. Código de processo civil. 40ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CASELLA, José Brasmo. Manual de Prática Forense: processo civil. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

DINIZ, Maria Helena. Código Civil Anotado. 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SEGADAS, Viana; GORINI, Aguiar. Manual prático das procurações: definições, orientação, legislação, jurisprudência e minutas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Freitas bastos.

Manual de Prática forense e orientação do estagiário de Direito. Editora forense.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
--------------------	-----------------------

PRÁTICA JURÍDICA REAL III**30 HORAS**

EMENTA: Estágio Supervisionado desenvolvido através de atendimento jurídico sob orientação de advogados e professores, realizado no Núcleo de Prática Jurídica, em escritórios de advocacia ou órgãos públicos conveniados. Elaboração e análise crítica de peças processuais: petições iniciais, contestações, exceções e recursos entre outras. Participação em sessões de mediação e arbitragem. Acompanhamento de processos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. 41ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008, Vol. I.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. 41ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008, Vol. II.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. 41ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006, Vol. III.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAHALY, Yussef Said. Código Civil: Código de processo Civil: Constituição Federal 2006. São Paulo: Revista dos Tribunais.

CASELLA, José Erasmo. Manual de prática forense: processo civil. 7ª Ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2008.

DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antônio. Curso de português jurídico. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

NEGRÃO, Teothônio; GOUVEA, José Roberto F. Código de Processo Civil e legislação processual em vigor. São Paulo: Saraiva, 2002.

VENOSA, Sílvio de Salvo (Org.). Novo código civil: texto comparado Código Civil de 2002, Código Civil de 1916. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

DISCIPLINA:**CARGA HORÁRIA:****TEMAS JURÍDICOS ESPECIAIS I****30 HORAS**

EMENTA: Observar lista de Disciplinas Eletivas.

10º PERÍODO**DISCIPLINA:****CARGA HORÁRIA:****ÉTICA E LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL****60 HORAS**

EMENTA: Conceito de Ética, a Ética empírica, Ética dos bens e Ética formal, a Ética dos valores; a Ética do profissional do direito; Moral absoluta e relativa; o caráter social da moral; o individual e o coletivo na moral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

NALINI, José Renato. Ética geral e profissional, 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2004.

RACHID, Alysso Cesar. Estatuto da advocacia e a OAB comentado. BF & A, 2010

VÁZQUEZ, Adolfo Sanches; Ética. Tradução de João Dell'Anna. 21ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Estatuto da OAB. São Paulo: Saraiva.

COSTA, Jurandir freire. Ética e o Espelho da Cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

NALINI, José Renato. Filosofia e Ética Jurídica. São Paulo: ed. Revista dos Tribunais. 2008.

NOVAES, Adauto. (org.) Ética. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

OAB. Manual do Jovem Advogado, Noções e Dicas para o Início no Mercado de Trabalho. Porto Alegre: OAB-RS. 2008

SANTOS. A. Gislene, SILVA, José Divino, (org.). Estudos Sobre Ética. A construção de valores na sociedade e na educação. São Paulo: Casa do psicólogo. 2002.

DISCIPLINA:**CARGA HORÁRIA:****DIREITO EMPRESARIAL IV****30 HORAS**

EMENTA: Teoria geral do Direito Falimentar. Disposições comuns à Recuperação e à falência: órgãos da recuperação judicial e da falência e accertamento passivo do devedor. Recuperação Judicial: disposições, efeitos e convalidação em Falência. Falência. Processo falimentar. Sentença de Falência e seus efeitos. Encerramento da Falência e extinção das obrigações do falido. Recuperação Extrajudicial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COELHO, Fábio Ulhoa. Comentários à Nova lei de Falências e de Recuperação de Empresas (lei n. 11.101, de 9-2 2005). 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

MAMEDE, Gladstone. Direito Empresarial Brasileiro. Falências e Recuperação de Empresas. 3ª ed. São Paulo: Atlas 2009. V. 4.

MAMEDE, Gladstone. Manual de Direito Empresarial. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Amador Paes de. Curso de Falência e Recuperação de Empresa. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRASIL. Lei de Falência e Recuperação de Empresa. São Paulo: Saraiva, 2013.

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial. Empresa, contratos, falência, recuperação. São Paulo: Saraiva 2013.

SARHAN JUNIOR, Suheil. Direito empresarial – À luz do Código Civil e da Lei de Falência e Recuperação de Empresa São Paulo: Del Rey, 2012.

TOMAZETTE, Marlon. Curso de direito empresarial. São Paulo: Atlas, 2013, Vol. 1.

DISCIPLINA:**CARGA HORÁRIA:**

DIREITO PREVIDENCIÁRIO**30 HORAS**

EMENTA: Seguridade Social: Princípios Constitucionais. Organização da Seguridade Social. Custeio da Seguridade Social: Contribuições, Arrecadação e Responsabilidade. Previdência Social. Benefícios Previdenciários. Acidente de Trabalho. Seguro-Desemprego.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de, LAZZARI, João Batista. Manual de direito previdenciário. 10ª ed. São Paulo: LTR 2008.

HORVATH JUNIOR, Miguel. Direito Previdenciário. 7ª ed. São Paulo: Quartierlatin, 2008.

VIANA, João Ernesto Aragones. Curso de direito previdenciário. São Paulo: Atlas, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BALERA, Wagner, MUSSI, Cristiane Miziara. Curso de Direito Previdenciário. 5ª ed. São Paulo: Método, 2003.

CARRION, Valentin. Comentários à CLT. 34ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

COIMBRA, Feijó. Curso de Direito Previdenciário. 11ª ed. São Paulo: Trabalhista, 2001.

DIAS, Eduardo Rocha. Curso de direito previdenciário. São Paulo: Método, 2008.

GONÇALVES, Odonel Urbano. Manual de direito previdenciário. São Paulo: Atlas, 2009.

DISCIPLINA:**CARGA HORÁRIA:****DIREITO DO CONSUMIDOR****60 HORAS**

EMENTA: Conceito de consumidor. Princípios Gerais do direito do consumidor. Autonomia do direito do consumidor. Direitos do consumidor. Proteção contratual. Responsabilidade solidária. Responsabilidade Civil. Defesa do consumidor em juízo: ações individuais e coletivas. Convenção coletiva de consumo. Práticas comerciais. Propaganda e consumo. Sanções administrativas e penais contra os fornecedores. Decadência e Prescrição.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRAGA NETTO, Felipe Peixoto. Manual de direito do consumidor: à luz da jurisprudência do STJ. Salvador: Jus Podium, 2009.

CARVALHO, José Carlos Maldonado. Direito do consumidor. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

NUNES, Luiz Antonio Rizzato. Curso de direito do consumidor. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR;

ALMEIDA, João Batista de. Manual de Direito do Consumidor. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de direito do consumidor. São Paulo: Atlas, 2011.

MARQUES, Cláudia Lima *et al.* Manual de direito do consumidor. São Paulo: RT, 2013.

MARQUES, Cláudia Lima. Contratos no Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: RT, 2011.

MIRAGEM, Bruno. Curso de direito do consumidor. São Paulo: RT, 2013.

DISCIPLINA:**CARGA HORÁRIA:****DIREITO FINANCEIRO****30 HORAS**

EMENTA: Direito Financeiro: princípios constitucionais de Direito Financeiro. Normas gerais de Direito Financeiro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Financeiro e Tributário. São Paulo: Celso Bastos editora, 2002.

HARADA, Kiyoshi. Direito financeiro e tributário. São Paulo: Atlas, 2002.

TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAMPOS, Djalma de. Direito financeiro e orçamentário. São Paulo: Atlas, 2001.

JUND, Sérgio. Direito Financeiro e Orçamentário Público. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

MARTINS, Ives Gandra da Silva; NASCIMENTO, Carlos Valder (Coordenadores). Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal. São Paulo: Saraiva, 2009.

OLIVEIRA, Régis Fernandes. Curso de Direito Financeiro. São Paulo: Rev. dos Trib, 2009.

TORRES, Ricardo Lobo. Tratado de Direito Constitucional Financeiro e Tributário. Volumes 1, 2, 3, 4 e 5. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2009.

DISCIPLINA:**CARGA HORÁRIA:****MEDICINA LEGAL****60 HORAS**

EMENTA: Apresentação de conhecimentos gerais da Medicina Legal nos campos da Antropologia, Traumatologia, Tanatologia, Sexologia, das Perícias médico-legais e sua aplicação aos diversos ramos do Direito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DEL-CAMPO, Eduardo. Medicina legal. São Paulo: Saraiva, 2008.

FRANÇA, Genivaldo Veloso de. Medicina legal. 8.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

MARANHÃO, Odon Ramos. Curso básico de medicina legal. São Paulo: Malheiros, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, J. R. A. Lições de Medicina Legal. São Paulo: Cia Nacional, 1998.

BINA, Ricardo AmbrosioFazzani. Medicina Legal: perguntas e respostas. São Paulo: Saraiva, 2008 (Coleção Estudos Direcionados / Fernando Capez –Coord).

MARTINS, Celso Luiz. Medicina legal. Niterói, RJ: Impetus, 2007.
 NOGUEIRA, Sandro D'Amato. Vitimologia. Brasília: Brasília Jurídica, 2006.
 SERAFIM, Antônio de Pádua (Org.). Temas em Psicoterapia Forense e Psicologia Jurídica II. São Paulo: Vetor, 2006.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
PRÁTICA JURÍDICA REAL IV	30 HORAS

EMENTA: Estágio Supervisionado desenvolvido através de atendimento jurídico sob orientação de advogados e professores, realizado no Núcleo de Prática Jurídica, em escritórios de advocacia ou órgãos públicos conveniados. Elaboração e análise crítica de peças processuais: petições iniciais, contestações, exceções e recursos entre outras. Participação em sessões de mediação e arbitragem. Acompanhamento de processos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. 41ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008, Vol. I.
 THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. 41ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008, Vol. II.
 THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. 41ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006, Vol. III.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAHALY, Yussef Said. Código Civil: Constituição Federal 2006. São Paulo: Revista dos Tribunais.
 CASELLA, José Erasmo. Manual de prática forense: processo civil. 7ª Ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2008.
 DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antônio. Curso de português jurídico. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.
 NEGRÃO, Teothônio; GOUVEA, José Roberto F. Código de Processo Civil e legislação processual em vigor. São Paulo: Saraiva, 2002.
 VENOSA, Sílvio de Salvo (Org.). Novo código civil: texto comparado Código Civil de 2002, Código Civil de 1916. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
TEMAS JURÍDICOS ESPECIAIS II	30 HORAS

EMENTA: **Observar lista de Disciplinas Eletivas.**

DISCIPLINAS ELETIVAS

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
LINGUAGEM BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)	30 HORAS

EMENTA: Visão contemporânea sobre os fundamentos da Inclusão e a ressignificação da Educação Especial na área da surdez. Histórias de surdos. Cultura e Identidade Surdas. Aspectos clínicos, educacionais e sócio-anropológicos da surdez. A Língua de Sinais Brasileira - Libras: características básicas da fonologia. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe. Classificadores de LIBRAS, com apoio de recursos audio-visuais. Noções de variação linguística. Praticar Libras para desenvolver a expressão visual-espacial.

Bibliografia Básica:

SKLIOR, C. A Surdez. 3ª ed. Porto Alegre: Meditação, 2005.
 KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais Brasileira. Porto Alegre: Artmed, 2004.
 STROBEL, Kavin. As Imagens do Outro Sobre a Cultura Surda. 2ª ed. Florianópolis: UFSC, 2009.

Bibliografia Complementar:

KAUCHAKJE, Samira. Cidadania, Surdez e Linguagem: desafios e realidades. São Paulo: Prexus, 2003.
 LIMA-SALLES, Heloisa Maria Moreira. Bilinguismo dos Surdos: questões lingüísticas e educacionais. Goiânia: Cãnone 2007.
 SILVESTRE, Regina Maria de Souza. Educação de Surdos: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2007.
 MAIRA, Maria Cecília de. Educação Para Surdos: práticas e perspectivas. São Paulo: Liv. Santos, 2008.
 LONGMAN, Liliãe Vieira. Memória de Surdos. Recife: Massangana, 2007.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
CONTRATOS INTERNACIONAIS	30 HORAS

EMENTA: Elementos de conexão do Direito Internacional brasileiro relativamente às obrigações contratuais: capacidade da pessoa física e jurídica para concluir contratos no Brasil; aspectos extrínsecos ou formais e intrínsecos ou de fundo. Conceito de Contratos Internacionais do comércio: características; definições; natureza jurídica, tipificação. Formação dos Contratos Internacionais do Comércio: negociações preliminares; cláusulas especiais; leis aplicáveis; foro de eleição; limites da vontade. Execução dos contratos internacionais do Comércio: força contratual, prestações, prazos; e garantias. Contratos específicos do Comércio Internacional: compra e venda internacional; carta de crédito comercial; joint ventures; comfortletters; calering; agências; franchising; leasing; factoring.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CELLI Júnior, Humberto; CASELLA, Paulo Borba. Direito Internacional: humanismo e globalidade. São Paulo: Atlas 2008.
 ENGELBERG, Esther. Contratos Internacionais do Comércio: Negociação Conclusão – Prática. 4ª ed. São Paulo: Atlas 2007.
 RECHSTEINER, Beat Walter. Direito internacional privado. São Paulo: Saraiva, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CASTRO, Amílcar de. Direito internacional privado. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
 DOLLINGER, Jacob. Direito internacional privado. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
 MEILER, David L. Negócios jurídicos internacionais. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2003.
 RODAS, João Grandino. Contratos Internacionais. Ed. Revista dos Tribunais, São Paulo, 2002.
 SILVEIRA, Carlos Alberto de Arruda. Contratos: doutrina, prática e jurisprudência. 5ª ed. São Paulo: mundo Jurídico, 2006.

DISCIPLINA:**REDAÇÃO DE CONTRATOS****CARGA HORÁRIA:****30 HORAS**

EMENTA: Noções de Contrato: Da proteção; invalidade; arras ou sinal; vícios redibitórios, cláusula penal. Contratos: compra e venda; troca ou permuta; doação; doação dos pais aos filhos; locação; empreitada empréstimo; depósito; mandato; procuração; fiança. Contratos Comerciais: Leasing; estatuto; ata; anúncios; avisos; requerimentos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MARTINS, Jonair Nogueira. Prática forense de direito bancário: ações revisionais. Bauru, SP: Edipro, 1999.
 MILHOMENS, Jonatas. Manual prático dos contratos. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
 HENRIQUES, Antônio. Prática da Linguagem jurídica. São Paulo: Atlas, 2008,

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDRADE, Jorge Pereira. Contratos de franquia e leasing. São Paulo: Atlas, 1992.
 BALBINO Filho, Nicolau. Contratos e Notificações no Registro de Títulos e Documentos. São Paulo: Saraiva, 2009.
 FILIPPETO, Maria Elizabeth Carvalho Pádua. Aparentamentos de redação e prática forense. São Paulo: Memória Jurídica Editora, 2001.
 SILVA, Felisbela da. Como Advogar no Foro Civil. São Paulo: Nobel, 1992.
 SILVA, Luciano Correia da. Manual de linguagem forense. Bauru, SP: Edipro, 1991.

DISCIPLINA:**DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE****CARGA HORÁRIA:****30 HORAS**

EMENTA: Princípios do Direito da Criança e do Adolescente. Proteção integral. Direito Fundamental. Menoridade e Responsabilidade Penal. Política de Atendimento. Atos infracionais. Medidas sócio-educativas. Justiça da infância e da juventude. Ministério Público e Advogado. Procedimentos. Crimes e infrações administrativas. Prevenção e Prevenção Especial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ELIAS, Roberto João. Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente. São Paulo: Saraiva, 2005.
 LIBERATI, Wilson. Direito da criança e do adolescente. São Paulo: Rideel, 2007.
 MACIEL, Kátia. Curso de direito da criança e do adolescente. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ESTATUTO da Criança e do Adolescente: Lei n.8.609, de 13.07.1990. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
 GARCEZ, Sergio Matheus. O novo direito da criança e do adolescente. Campinas, SP: Alínea, 2008.
 PEREIRA, Tânia da Silva. Direito da criança e do adolescente. São Paulo: Renovar, 2008.
 RAMIDOFF, Mário. Lições de direito da criança e do adolescente. Curitiba: Juruá, 2008.
 TRINDADE, Jorge. Direito da criança e do adolescente. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

DISCIPLINA:**DIREITO MUNICIPAL****CARGA HORÁRIA:****30 HORAS**

EMENTA: O Município. Origem e desenvolvimento do município no Brasil. Autonomia Municipal. Organização política municipal. Poder Executivo municipal. Poder legislativo municipal. Poder de polícia e Intervenção do município na atividade privada. Bens municipais. Servidores municipais. Urbanismo. Plano Diretor. Orçamento e controle externo. Licitação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRAZ, Petrônio. Direito Municipal na Constituição: Doutrina. 6ª ed. Campinas, SP: J. H. Mizuno, 2006.
 COSTA, Nelson Néri. Direito municipal brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
 MEIRELLES, Hely Lopes. Direito municipal brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DAJBERT, Arlindo. Direito Municipal em Debate. Fórum, 2008.
 ESTATUTO da Cidade e da reforma urbana. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.
 FERRARI, Regina Maria Macedo Nery. Direito Municipal. 2ª ed. São Paulo: Rev dos Trib, 2005.
 GASPARINE, Diogenes. O estatuto da cidade. São Paulo: NDJ, 2002.
 HARADA, Kiyoshi. Direito municipal. São Paulo: Atlas, 2001.

DISCIPLINA:**DIREITO E EMPREENDEDORISMO****CARGA HORÁRIA:****30 HORAS**

EMENTA: Breve histórico do empreendedorismo: como e porque planejar as suas ações profissionais; traçando um plano de desenvolvimento pessoal; como tornar o tempo do advogado mais produtivo. Analisando e otimizando o processo decisório para enfrentar os problemas da advocacia; planejando e conduzindo reuniões eficazes; como

estabelecer alianças estratégicas para alavancar o desenvolvimento profissional; prestando serviços com criatividade e qualidade impecáveis.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DORNELLAS, José. Empreendedorismo na Prática. Rio de Janeiro: Campus, 2007.
 MACEDO, Montibeller Filho e Fialho. Empreendedorismo na era do conhecimento. Florianópolis: Visual Books, 2007.
 SILVA, Alessandra Gomes do Nascimento. Técnicas de Negociação para Advogados. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BERNARD, Luiz Antônio. Manual de empreendedorismo e gestão. São Paulo: Atlas, 2008.
 CALAMANDREI, Pietro. Eles, os Juízes, Visto por um Advogado. São Paulo: M. Fontes, 2000.
 LODISH, Leonard. Empreendedorismo e marketing. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
 MARCIN, Marco Aurélio. Como se Preparar Para o Exame de Ordem: ética profissional. 5ª ed. São Paulo: Método 2009.
 SILVA, Felisbela da. Como Advogar no Foro Civil. São Paulo: Nobel, 1992.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
DIREITO E PRIVATIZAÇÕES	30 HORAS

EMENTA: Internacionalização do capital e mercados financeiros. A função do Estado-Nação. Soberania e mercado internacional. Atividades essenciais do Estado. A função social da intervenção estatal na atividade econômica. Estratégia global e telecomunicações. O setor elétrico e atividade estatal. Controle de águas e saneamento básico e atividade privada. Privatização de presídios. As privatizações e seu contexto sul-americano. O consenso de Washington e as metas de privatização. Déficit estatal e privatizações. A questão de dívida externa. Os efeitos (positivos e negativos) das privatizações brasileiras. Estudos de casos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMARAL FILHO, Marcos J. T. do. Privatização no Estado Contemporâneo. São Paulo: Ícone, 1996.
 DERANI, Cristiano. Privatização e serviços públicos. São Paulo: Max Limonad, 2002.
 PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Reforma do Estado e administração pública gerencial. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AGUILLAR, Fernando Herren. Controle social de serviços públicos. São Paulo: Max Limonad, 1999.
 BLANCHET, Luiz Alberto. Serviços Públicos: estudos dirigidos. Belo Horizonte: Fórum, 2007.
 IANNI, Octávio. Teorias da Globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
 LICITAÇÕES e Contratos da Administração Pública / Antônio Luiz de Toledo Pinto. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
 SUNDFELD, Carlos Ari. Direito administrativo ordenador. São Paulo: Malheiros, 2003.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
DIREITO DA INTEGRAÇÃO	30 HORAS

EMENTA: Breves considerações acerca de Direito Internacional Público e Direito Internacional Privado: o direito subjetivo e a teoria da autonomia da vontade no Direito Internacional Privado; aplicabilidade direta do direito supranacional; Integração: conceito e finalidade; pressupostos; etapas; o conceito de soberania do estado ante o fenômeno da integração econômica e união política; a importância da dimensão jurídica da integração econômica; Direito Comunitário: um novo ramo jurídico em construção; o que é o fenômeno da globalização? União Européia: histórico; estrutura orgânica; déficit democrático na União Européia; a integração política européia; tributação e integração econômica na União Européia; sistema de solução de controvérsias; a questão ambiental, dos direitos do cidadão e da concorrência na comunidade européia; a construção do relacionamento entre o MERCOSUL e a União Européia; NAFTA: histórico e estrutura orgânica; sistema de solução de controvérsia; as negociações em torno da formação da ALCA – Área de Livre Comércio das Américas; MERCOSUL: histórico; tratados; estrutura orgânica atual; a questão do Direito Tributário, Econômico, Administrativo, Ambiental, do Consumidor, Previdenciário, Civil, Comercial e do Trabalho no âmbito do MERCOSUL; sistema de solução de controvérsia; os planos de estabilização econômica dos países membros e o MERCOSUL; fase atual do MERCOSUL.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BORGES, José Souto Maior. Curso de Direito Comunitário. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
 CARNEIRO, Cynthia. O direito da integração regional. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.
 GRANILLO, Raul. Direito Internacional Público da Integração. São Paulo: Campus, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CASELLA, Paulo Borba. Direito da integração. São Paulo: QuartierLatin, 2006.
 D'ANGELIS, Wagner Rocha (Coord.). Direito da integração: direitos humanos no século XXI. Curitiba, PR: Juruá, 2008.
 FRANCESCHINI, Luiz F. (Coord.). Direito Internacional Público e Integração Econômica. Curitiba: Juruá, 2001.
 JAEGER JÚNIOR, Augusto. Temas de direito da integração e comunitário. São Paulo: LTr, 2002.
 PIMENTEL, Luiz Otávio. Direito da integração. Curitiba: Juruá, 2007. vol. 1.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
DIREITO AGRÁRIO E DESENVOLVIMENTO	30 HORAS

EMENTA: A reforma agrária nos contextos político e jurídico-constitucional brasileiro. Conceitos e história. Função social da propriedade rural. Políticas de fixação do homem no campo. O diálogo com as técnicas de cooperativismo. O diálogo com o Direito Ambiental. Direito agrário desenvolvimento rural e eco-desenvolvimento. Proteção à

Economia. Política de Tributação Fundiária: fatores determinantes. Dinâmica operacional e órgãos normativos e executores. Técnica: Estatuto da terra. Módulo rural. Propriedade Rural. Das ações agrárias no Código de Processo Civil. Rito. Requisitos e procedimentos. Contratos agrários e seus aspectos gerais. Formas de contratos. Arrendamento rural. Parceria Rural. Prática processual. Forma processual nos diversos procedimentos rurais. Conclusões.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MARQUES, Benedito Ferreira. Direito agrário brasileiro. São Paulo: Atlas, 2007.
OLIVEIRA, Umberto Machado. Princípios de direito agrário. Curitiba: Juruá, 2008.
FERREIRA, Pinto. Curso de Direito Agrário. São Paulo: Saraiva, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROS, Wellington. Curso de direito agrário. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007. vol. 1.
BARROS, Wellington. Curso de direito agrário. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007. vol. 2.
BARROSO, Lucas de Abreu (Org.). Direito agrário contemporâneo. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.
FERRETO, Wilson. Contratos Agrários: aspectos polêmicos. São Paulo: Saraiva, 2009.
LARANJEIRA, Raymundo. Direito agrário brasileiro. São Paulo: LTr, 2000.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
CÁLCULOS EM EXECUÇÃO TRABALHISTA	30 HORAS

EMENTA: Introdução ao cálculo trabalhista. Cálculo das parcelas decorrentes do contrato de trabalho. Particularidades de cada parcela trabalhista. Elaboração de cálculos rescisórios, cálculo para definição do rito processual e cálculo para liquidação de sentença.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

OLIVEIRA, Francisco Antônio. Execução da Justiça do Trabalho: doutrina, jurisprudência, súmulas. São Paulo: Rev dos Trib, 2008.
OLIVEIRA, Aristeu. Cálculos Trabalhistas. São Paulo: Atlas, 2008.
SOUZA, Marcelo. Manual de execução trabalhista São Paulo: LTr, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARRION, Valentin. Comentários à consolidação das leis do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2010.
CORDEIRO, Wolney. Manual de execução trabalhista. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
CORTEZ, Juliano C. Manual das rescisões trabalhistas: São Paulo, LTr. 2002.
OLIVEIRA, Aristeu. Manual de Prática Trabalhista. 43ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.
SALEM, Diná Aparecida Rossignolli. Guia prática de petições trabalhistas. São Paulo: Edipro, 1995.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
DIREITOS HUMANOS	30 HORAS

EMENTA: Os direitos humanos sua evolução histórica e fundamentos. O princípio da dignidade da pessoa humana. As três dimensões dos direitos humanos. A unidade e a indivisibilidade dos direitos de liberdade e de igualdade. Os direitos transindividuais. A democracia em sentido radical. Direitos Humanos, globalização e neoliberalismo. O sistema brasileiro de proteção dos direitos humanos (CF/88). O sistema interamericano de proteção dos direitos humanos (OEA). O sistema universal de proteção dos direitos humanos (ONU).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
LIMA JR. Jayme Benvenuto (org.). Manual de direitos humanos internacionais. São Paulo: Loyola, 2002.
MORAES, Alexandre. Direitos Humanos Fundamentais. São Paulo: Atlas, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
DWORKIN, Ronald. Uma questão de princípio. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
PERRONE-MOISES, Cláudia. Direito internacional dos direitos humanos. São Paulo: Atlas, 2007.
PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e justiça internacional. São Paulo: saraiva, 2007.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
DIREITO ECONÔMICO	30 HORAS

EMENTA: Direito Econômico: noções de desenvolvimento histórico. Elementos e características gerais. A ordem jurídica econômica: conceito e desenvolvimento. A ordem jurídico-econômica brasileira. A administração econômica. Legislação nacional referente ao tema. Regime jurídico. O planejamento econômico. A ordem econômica internacional. A ordem monetária e financeira internacional: FMI e BIRD. A ordem econômico-comercial: do GATT a OMC. OMC: aspectos jurídicos. A OMC e o Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AGUILLAR, Fernando. Direito econômico. São Paulo: Atlas, 2006.
BAGNOLI, Vicente. Direito econômico. São Paulo: Atlas, 2008.
SCHAPIRO, Mário Gomes. Direito Econômico: direito e economia. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAMARGO, Ricardo Antônio Lucas. Breve introdução ao Direito Econômico. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1993.

CARDOSO, José Eduardo Martins. Curso de direito administrativo econômico. São Paulo: Malheiros, 2006. Vol. 1.
 CARDOSO, José Eduardo Martins. Curso de direito administrativo econômico. São Paulo: Malheiros, 2006. Vol. 2.
 CARDOSO, José Eduardo Martins. Curso de direito administrativo econômico. São Paulo: Malheiros, 2006. Vol. 3.
 FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. Lições de Direito Econômico. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
BIOÉTICA E DIREITO	30 HORAS

EMENTA: Direito e Bioética. Princípios da Bioética. O Direito à Vida. O Homem e a Natureza. Inseminação Artificial e Inseminação "in vitro". Procriação Assistida. Intersexualidade. Transexualidade. Transplante de órgãos e tecidos. Aborto eugênico e os direitos do nascituro. Esterilização e doentes com anomalias. Eutanásia e o direito de morrer. Clonagem humana. O projeto Genoma e os Direitos Humanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. O estado atual do biodireito. São Paulo: Saraiva, 2008.
 SGRECCIA, Élio. A Bioética e o Novo Milênio. EDUSC, 2000.
 VASCONCELOS, Cristiane Beuren. Proteção Jurídica do Ser Humano In Vitro na Era da Biotecnologia. São Paulo Atlas, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FABRIZ, Daurly César. Bioética e direitos fundamentais. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.
 GARRAFA, Volnei; PESSINI, Leo. Bioética: poder e injustiça. São Paulo: Loyola, 2004.
 MELO, Helena Pereira de. Manual de Biodireito. Coimbra: Almedina, 2008. SGRECCIA, Élio. Manual de bioética. São Paulo: Loyola, 1991. Vol. 2.
 SILVA, Ivan de oliveira. Biodireito, Bioética e Patrimônio Genético Brasileiro. São Paulo: Pillares, 2008.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
TEMAS ATUAIS EM RESPONSABILIDADE CIVIL	30 HORAS

EMENTA: Noções de responsabilidade subjetiva (teoria do risco) e objetiva (teoria da culpa presumida), Responsabilidade negocial (contratual) e civil em sentido estrito (extracontratual), Responsabilidade pré e pós-contratual. Reparação de danos patrimoniais e morais. Autonomia privada, boa-fé e justiça contratual. Obrigações de meios, de resultado e de garantia. Concurso de responsabilidades civil e negocial. Causas legítimas do inadimplemento. O inadimplemento imputável ao devedor: inadimplemento absoluto, mora do devedor e adimplemento defeituoso; responsabilidade por vícios redibitórios e pela evicção. Convenções modificativas da responsabilidade. Impossibilidade liberatória e outras formas de inadimplemento não imputável. Responsabilidade civil por fato próprio e por fato de terceiro. Responsabilidade profissional. Responsabilidade civil dos patrões. Responsabilidade do produtor. Responsabilidade civil e enriquecimento sem causa. Responsabilidade civil nas relações internas e externas. Responsabilidade por erros e danos, na prática de atos regulares. Responsabilidade por atos praticados com desvio e com excesso de poder. Responsabilidade por atos ilícitos, *stricto sensu*. Desconsideração da personalidade jurídica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2008. Vol. 7.
 GONÇALVES, Carlos Roberto. Responsabilidade Civil. São Paulo. Saraiva, 2008.
 STOCO, Rui. Tratado de responsabilidade civil. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, José Luiz. Temas atuais de responsabilidade civil. São Paulo: Atlas, 2007.
 GUIMARÃES, Paulo José Scartezini. A Publicidade ilícita e responsabilidade civil das celebridades que dela participam. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
 RIZZARDO, Arnaldo. Responsabilidade Civil. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
 SILVA, Regina Beatriz Tavares da (Coord.). Responsabilidade civil na área da saúde. São Paulo: Saraiva, 2007.
 SCHREIBER, Anderson. Novos paradigmas da responsabilidade civil. São Paulo: Atlas, 2013.

DISCIPLINA:	CARGA HORÁRIA:
DIREITO ELEITORAL	30 HORAS

EMENTA: Princípios Constitucionais. Direito Eleitoral: Noções Introdutórias e Conceitos Básicos. Direitos Políticos. Capacidade Eleitoral. Partidos Políticos. Sistemas Eleitorais. Legislação Brasileira Específica. A Justiça Eleitoral. As Eleições (registro, propaganda, condutas vedadas).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMARAL, Roberto. Manual das Eleições. São Paulo: Saraiva, 2006.
 CÂNDIDO, Joel J. Direito Eleitoral Brasileiro. Bauru, SP: Edipro, 2008.
 PINTO, Djalma. Direito Eleitoral: improbidade administrativa e responsabilidade fiscal: noções gerais. São Paulo: Atlas 2008.
 SOBREIRO NETO, Armando Antônio. Direito Eleitoral: teoria e prática. 4ª ed. Curitiba: Juruá, 2008

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CÂNDIDO, Joel J. Inelegibilidades no Direito Brasileiro. São Paulo: Edipro, 2003.
 CHAMON, Omar. Direito Eleitoral. São Paulo: Método, 2008.
 GARCIA, Emerson. Abuso de Poder nas Eleições: meios de coibição. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.
 NASCIMENTO, José Anderson. Tópicos de Direito Eleitoral (Anotações à lei nº9.504/97). São Paulo: Ícone, 1998.

2.19. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O desenvolvimento do Estágio Supervisionado é efetuado a partir do 7º período, estendendo-se até o 10º período do Curso de Bacharelado em Direito da FASNE. Neste período o acadêmico deverá desenvolver atividades no Núcleo de Prática Jurídica – NPJ ou em escritórios de advocacia ou no setor público, onde vivenciará o conhecimento adquirido durante a realização do curso com o ambiente organizacional, demonstrando sua capacidade profissional.

Desta forma, o Estágio Supervisionado serve como base para a consolidação dos conteúdos vistos em sala de aula, permitindo ao acadêmico demonstrar a capacidade de correlacionar a teoria à prática, assim como a capacidade de análise e síntese utilizadas no relatório final tanto para seu desenvolvimento quanto para sua documentação.

O Estágio Supervisionado deve respeitar o cronograma estabelecido pela Coordenação do Núcleo de Prática Jurídica. Os seus objetivos são traçados pelo Núcleo Docente Estruturante que, em reuniões periódicas, se reúne para rever as rotinas e manuais específicos que serão aprovados pelo Colegiado do Curso. O Estágio Supervisionado possui carga horária total de 420 horas.

2.20. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em Direito da FASNE é de caráter obrigatório, segundo preconiza o artigo 10 da Resolução CNE/CES nº 9/2004. Na FASNE, conforme estabelecido em seu PPI assume o formato de uma monografia e tem como objetivo possibilitar a sistematização e apresentação de uma experiência de iniciação científica vivenciada pelo estudante durante curso. Este componente do currículo acadêmico pode resultar de uma pesquisa bibliográfica ou abranger uma análise de dados do campo empírico, constituindo-se como uma atividade de iniciação à pesquisa. Seu término está previsto para o final do nono semestre do curso.

O estudante terá um professor orientador que lhe ajudará a ir sistematizando o Trabalho de Conclusão de Curso considerando as exigências de uma pesquisa

de iniciação científica, conforme o respectivo Regimento nos documentos constantes do Anexo. O discente escolherá, no início do oitavo período, uma problemática para pesquisar individualmente e a partir daí construirá um plano de estudo-trabalho com seu orientador para desenvolver a investigação. Ao final do nono período, o estudante apresentará sua pesquisa no formato de monografia como pré-requisito básico para obtenção do título de Bacharel em Direito.

2.21. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares são de caráter prático, estruturadas de acordo com as disciplinas de cada semestre dos cursos oferecidos pela FASNE em consonância com as exigências do mercado de trabalho. Esses programas devem ser realizados fora das semanas de prova, feriados e horários de aulas regulares. Destacam-se como Atividades Complementares: as oficinas, a participação em congressos, seminários, palestras, projeto de treinamento profissional, grupos de estudo, levantamento de dados, entrevista, pesquisa de opinião, e outros, previamente definidos pelo órgão competente do Curso.

O conjunto de Atividades Complementares do Curso de Bacharelado em Direito é legitimado pela Coordenação do Curso, sendo orientado à construção da autonomia do discente em relação às escolhas de diferentes atividades capazes de contribuir com a qualidade teórico-prática para seu processo de formação, articulando todos os períodos do Curso.

Corroborando com as Atividades Complementares para o Curso de Bacharelado em Direito, o Art. 8º e o seu Parágrafo Único da Resolução CNE/CES nº 09/2004, de 29 de setembro de 2004, diz que:

As atividades complementares são componentes curriculares enriquecedores e complementadores do perfil do formando, possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Parágrafo único. A realização de atividades complementares não se confunde com a do Estágio Supervisionado ou com a do Trabalho de Curso.

As Atividades Complementares seguem os seguintes critérios:

- a) O aluno deve inscrever-se nas atividades de livre escolha, levando em consideração as normatizações apresentadas pela Coordenação do Curso;
- b) O discente responsabiliza-se pela entrega à Coordenação do Curso da comprovação adequada de sua participação em atividades pertinentes;
- c) Após análise e deferimento das comprovações, a Coordenação do Curso materializará a carga horária mínima exigida para as Atividades Complementares do Curso de Bacharelado em Direito.

2.22. NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

O Núcleo de Práticas da FASNE – Governador Eduardo Henrique Accioly Campos funciona dentro da instituição, em prédio próprio, com requisitos de acessibilidade, o qual sedia o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) da FASNE – Dom Hélder Câmara, o Núcleo de Prática Administrativa e o Núcleo de Prática Contábil. Possui localização bastante privilegiada, no bairro da Ilha do Leite, na área central da cidade do Recife, em meio a um polo jurídico e médico. O NPJ da FASNE tem como tarefa fundamental preparar os acadêmicos para o exercício das habilidades profissionais que necessitarão quando estiverem no mercado de trabalho, integrando a teoria aprendida em sala de aula com a prática vivenciada no próprio NPJ, visando assegurar a concretização do eixo prático na formação profissional dos alunos do Curso de Direito, através da integração dos conhecimentos jurídicos teóricos e práticos adquiridos no transcorrer do curso, prestando assistência jurídica gratuita à comunidade do Município do Recife, considerada carente, na forma da lei.

O NPJ foi completamente reestruturado, passando a ocupar um novo espaço, totalmente reformado, com cerca de 200 m². Isto ocorreu por esforços da Mantenedora em atender às demandas das avaliações externas e auto-avaliação, além dos anseios da comunidade acadêmica. O NPJ da FASNE está

instalado em prédio independente, com funcionamento das 8 às 17 hs, de segunda a sexta-feira.

As questões referentes à acessibilidade foram contempladas na reforma do prédio, com a construção de uma rampa de acesso ao piso superior e banheiros adaptados às necessidades de cadeirantes. O novo prédio está preparado para atender às necessidades do Núcleo, com instalações adequadas ao bom aprendizado dos alunos, atendimento dos clientes e das exigências dos convênios. Todas as dependências do NPJ são climatizadas.

O público interno tem possibilidade de acesso ao NPJ pelas dependências da Faculdade Salesiana do Nordeste, enquanto o público externo utiliza exclusivamente o acesso independente pela Rua Lins Petit, nº 135, Bairro da Boa Vista.

O prédio conta com o andar térreo, onde estão centralizadas a maior parte das atividades desenvolvidas pelo NPJ, e também com um primeiro andar, onde estão localizadas sala para arquivo e as salas para realização das sessões de mediação, com privacidade.

Os alunos podem desenvolver todas as atividades referentes ao Estágio Profissional, consoante as regras traçadas no Estatuto e Resoluções da Ordem dos Advogados do Brasil, junto ao NPJ da FASNE.

Também encontra-se implantado no NPJ da FASNE um posto avançado de atendimento do PROCON/PE, órgão da estrutura administrativa da Secretaria de Justiça do Estado de Pernambuco, no qual os acadêmicos atuam na promoção da solução de conflitos de interesses verificados entre consumidores e fornecedores de produtos e serviços.

Os alunos, a partir do 7º período do Curso de Direito, passam a atuar no Núcleo, desenvolvendo atividades simuladas, reais e exclusivamente práticas, compreendendo o atendimento e o tratamento ao cliente, tais como redação de atos jurídicos e profissionais, peças e rotinas processuais, assistência e atuação em audiências e sessões, visitas relatadas a órgãos judiciários, análise de autos findos, prestação de serviços jurídicos, treinamento de negociação, mediação, arbitragem e conciliação, resolução de questões de deontologia e legislação profissional, os quais podem ser complementadas mediante convênios, que possibilitem a formação dos alunos na prestação de serviços

jurídicos. Todos os atendimentos são realizados pelos alunos, sempre sob a supervisão de professores-orientadores.

O NPJ oferece atendimento gratuito nas mais diversas áreas jurídicas, ingressando com ações previdenciárias, cíveis, com ampla atuação no Direito de Família, no qual se busca, inicialmente, a mediação entre os envolvidos; também oferece orientação jurídica na área trabalhista, entre outras, atuando tanto na justiça do estado como na justiça federal.

A prática jurídica da FASNE pretende que os alunos desenvolvam perfil humanista, com elevado senso ético-profissional, que reconheçam as finalidades das normas jurídicas e que compreendam as implicações e problemas da sociedade em que estão inseridos.

2.23. CRITERIOS DE AVALIAÇÃO E FREQUÊNCIA

O Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Direito da FASNE entende a avaliação com um componente do processo de ensino aprendizagem de forma ampla, e de forma específica como essencial ao processo de formação inicial, objetivando, por meio da realização de diferentes formas de atividades, verificar a construção das competências e habilidades pelos acadêmicos em consonância com o perfil do egresso, e o alcance das metas propostas, tanto aqueles delimitados no PPC, quanto aqueles definidos em cada disciplina. A avaliação assume outra função fundamental, que é a de (re)orientar a tomada de decisões dos docentes em relação aos seus procedimentos didáticos, metodológicos, e para o discente ser objeto permanente de dados para o enriquecimento de sua formação inicial. A avaliação cumpre as funções diagnóstica, formativa e somativa.

A avaliação do desempenho acadêmico é feita por disciplina, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento. O processo avaliativo consta de duas (02) avaliações a cada semestre e, quando necessário ao discente, de uma avaliação final, devendo o professor utilizar de forma contínua e processual, diferentes instrumentos e momentos avaliativos que juntamente com a prova da unidade, vão delimitando o aproveitamento global do estudante. Compete ao professor da disciplina elaborar e determinar as atividades acadêmicas a serem aplicadas sob a forma de provas e outras atividades e tarefas

acadêmicas realizadas individualmente ou em grupo, bem como mensurar os resultados que podem ser computados nas notas das avaliações parciais.

A frequência às aulas e demais atividades acadêmicas é obrigatória, vedado o abono de faltas, ressalvado os casos legais. A frequência constitui um dos elementos da avaliação e sua verificação é feita pelo professor de cada disciplina. O estudante que apresentar mais de 25% (vinte e cinco por cento) de faltas, do total das aulas ministradas em cada disciplina, está automaticamente reprovado. É considerado aprovado na disciplina o estudante que obtiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e média das avaliações parciais, igual ou superior a 7,0 (sete). Em cada período letivo, o estudante que tenha obtido nota de aproveitamento inferior a 7,0 (sete), porém não inferior a 3,0 (três), pode submeter-se a exame final, sendo considerado aprovado se obtiver nota final não inferior a 5,0 (cinco), correspondendo à média entre a nota de aproveitamento e a nota de aproveitamento final.

2.24. METODOLOGIA APLICADA ÀS DISCIPLINAS DO CURSO

As metodologias adotadas atendem à natureza de um curso de formação de bacharéis na área jurídica e aos objetivos das diversas disciplinas, observando-se a necessária relação entre teoria e prática, permitindo a construção dos saberes acadêmicos, políticos e culturais e a discussão reflexiva sobre os conteúdos dos diversos campos do saber que abarcam a Ciência Jurídica. As propostas de ensino contidas neste Projeto Pedagógico viabilizam a participação da comunidade acadêmica em programas voltados para o social, na execução de atividades que proporcionem melhoria nas ações de entendimento e maior aplicabilidade do Direito.

Os docentes adotam procedimentos metodológicos apropriados aos objetivos propostos nos Planos de Ensino, fundamentados na adequada seleção e preparação dos conteúdos, na escolha de estratégias e no uso de novas tecnologias, que oportunizem ao acadêmico a produção do conhecimento, mediado pelo professor, que o auxilia a organizá-lo de modo sistematizado.

Entre as estratégias de ensino adotadas, destacam-se as aulas expositivas e dialogadas que consistem na exposição verbal com o objetivo de dialogar com

o discente orientando sua reflexão sobre informações, conceitos e conteúdos das disciplinas do currículo. Diferentes fóruns de debates proporcionam momentos de exposição e discussão sobre determinados temas, de forma abrangente e integradora nos seus diversos aspectos.

Os seminários se desenvolvem, geralmente, no âmbito de uma classe, sendo o seu coordenador o professor de uma disciplina específica. As aulas práticas são realizadas nos laboratórios específicos (Núcleo de Prática Jurídica e Tribunal de Júri) e nos laboratórios de apoio.

2.25. AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

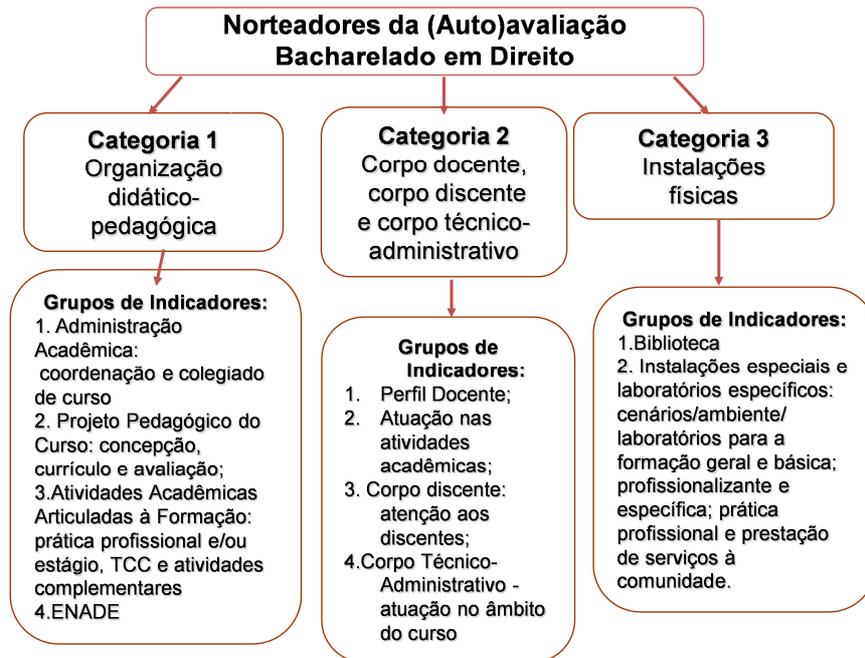
Considerando o conjunto de documentos estudados, a exemplo do PDI, PPI, do próprio PPC, dos Regimentos e pesquisas internas, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) compreende que a FASNE, como representante da presença Salesiana na dimensão universitária, apresenta como compromisso a formação integral e continuada de cidadãos cujo perfil contemple as dimensões técnico-científica, social, moral e ética.

Este compromisso insere-se no contexto das constantes mudanças no cenário da educação superior no país, o que torna desafiadora a implementação, perpetuação e constante (re)avaliação de elementos que possam ser apresentados como balizadores da qualidade ou da não-qualidade, dentro do processo de (auto)avaliação para os cursos de graduação.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, institui a avaliação das instituições de educação superior, de curso e do desempenho dos estudantes. Na mesma Lei em seu art. 4º, apresenta-se a avaliação dos cursos de graduação como tendo por objetivo *identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, as instalações físicas e a organização didático-pedagógica.*

A obtenção da qualidade das ações acadêmico-administrativas do Curso de Bacharelado em Direito da FASNE depende, como não poderia deixar de ser, do seu quadro docente, do seu corpo técnico-administrativo, do seu projeto pedagógico do Curso, além da infraestrutura física e logística, bem como, do ambiente educacional que envolve toda a Instituição.

Em linhas gerais, o enquadramento da avaliação na perspectiva do Curso, obedece às formatações proposta pelo SINAES, a qual se presta como um *norte* para a visualização das três categorias, que de forma distinta, todavia intimamente ligadas, compõem o universo do Curso.



Fonte: Adaptado da Matriz Orientadora do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação, CONAES/INEP, 2006.

2.26. CORPO DOCENTE

O corpo docente dedica-se fundamentalmente ao ensino e atividade acadêmica que são desempenhadas como probidade, assiduidade e competência, além do comportamento ético-profissional compatível com os objetivos da educação, respeitando o Regimento da Instituição.

Os professores são levados a refletir, não só individualmente. Fazem nas discussões em grupo, uma reflexão socializada sobre a necessidade de se conseguir o fortalecimento da unidade do corpo docente.

A preocupação com a qualidade de ensino é o âmago das diretrizes e estratégias da FASNE. Para isso a IES investe muito na contratação de pessoal docente qualificado e procura trabalhar com o quadro de docentes, dentro de uma estabilidade que contemple essa preocupação.

O Curso de Bacharelado em Direito conta com mais de 80% dos docentes com titulação obtida em programas de Pós-Graduação *stricto sensu* e com experiência docente no magistério superior. Os docentes são acompanhados pela coordenação do curso e pelo processo de avaliação interna, mediante a CPA.

2.27. COORDENAÇÃO DO CURSO

A Coordenação do Curso de Bacharelado em Direito é atribuído a um docente em Tempo Integral tendo dedicação à gestão do curso, com atribuições diversas, tais como: atendimento aos alunos e professores; inserção do curso justificando sua relevância e contextualização; constante atualização e comprometimento com o PPC; busca por parcerias, etc. A coordenação possui qualidades essenciais para o pleno desenvolvimento do curso, como dialogicidade, transparência e liderança no exercício das funções; acessibilidade a informações; participação ativa nas reuniões dos órgãos colegiados superiores dos quais faz parte; estímulos a participação de discentes e docentes em atividades de ensino.

Em suas atividades na Instituição, cabe: analisar e acompanhar a execução dos planos de ensino e conteúdos programáticos das disciplinas: planejar, desenvolver e acompanhar atividades que promovam a interdisciplinaridade; promover o diálogo entre alunos, professores e direção; assessorar a direção acadêmica em atividade de ensino, planejamento e gestão; orientação pedagógico-profissional aos discentes; desenvolvimento das tarefas relacionadas à vida escolar do aluno tais como: análise de transferência, dispensa de disciplinas, organização de horários, revisão de provas; realização de reuniões periódicas com o Conselho de Curso; contato com docentes para avaliação das atividades do Curso e da Coordenação.

2.28. ESTRUTURA DO COLEGIADO DE CURSO

O Colegiado do Curso é um órgão deliberativo e consultivo, de natureza acadêmica, no âmbito do curso de Bacharelado em Direito da FASNE, regido por Regimento próprio. Para fins didático-pedagógicos, o Colegiado articular-

se-á com os Núcleos Temáticos a que pertencem às matérias que compõem o Curso. O Colegiado de Curso é composto:

- I. do Coordenador do Curso;
- II. um terço 1/3 do corpo docentes do curso;
- III. de um (01) representante discente.

Levando-se em consideração as características do Colegiado do Curso de Bacharelado em Direito da FASNE, em seus aspectos composicionais e/ou funcional, cabe esclarecer a enorme importância desse espaço de concepção e de debate sobre as implicações acadêmicas no âmbito do curso.

O Colegiado de Curso, em sua composição e funcionamento, reflete coerentemente as prerrogativas normativas e institucionais da FASNE, sobretudo no tocante à acessibilidade ao conhecimento da comunidade interna, bem como à garantia de sua autonomia e sua representação junto aos segmentos docentes e discentes.

2.29. ESTRUTURA DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Bacharelado em Direito da FASNE constitui um grupo de docentes pertencentes ao quadro do Curso com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do PPC de acordo com a Resolução nº 01 de 17/06/2010 que normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.

O NDE é composto por docentes com titulação *stricto sensu* e regime de trabalho parcial e integral, conforme o seu Regimento Interno. A ele é designada a responsabilidade institucional de conduzir o processo de avaliação e revisão do Projeto Pedagógico, convocando quando necessário os demais professores, os discentes e em certos casos egressos do curso.

Atribuições do NDE, dentre outras referidas em regimento:

- Contribuir para a consolidação do Perfil do egresso;
- Zelar pela integralização curricular e interdisciplinaridade no currículo;
- Conhecer e zelar pelo cumprimento das DCN's para os respectivos cursos;

- Sugerir ações de melhorias para o projeto do curso à coordenação;
- Auxiliar a coordenação na implementação das melhorias;
- Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular sempre que necessário;
- Analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares.

2.30. REVISÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

O Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Direito da FASNE será avaliado, continuamente, pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE).

O Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Direito da FASNE será objeto de permanentes avaliações e revisões, determinadas pelos avanços do conhecimento da área e pelas orientações advindas dos Pareceres, das Resoluções e Diretrizes referentes tanto aos Cursos de Graduação de um modo geral, quanto ao Curso especificamente.

Neste particular o NDE é a instância legítima para a condução de Seminários semestrais de revisão e de planejamento do Projeto Pedagógico do Curso, a ele caberá a condução dos processos de avaliação, conforme demandas advindas das avaliações da Comissão Própria de Avaliação.

Esses seminários são orientados no sentido de fornecer subsídios importantes para o Projeto Pedagógico do ano posterior, onde são contempladas as áreas de ensino. Este permanente processo avaliativo deixa como ponto positivo para os sujeitos do processo experiências de reflexão sistemática acerca da dinâmica do Projeto Pedagógico.

A sistemática e periodicidade da revisão do Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Direito ocorrerá, também, a partir da solicitação do coordenador do curso aos respectivos docentes sob seu gerenciamento, ao início de cada semestre. O Planejamento semestral de entrega obrigatória por cada docente ao seu coordenador de curso em data definida no Calendário Acadêmico, naturalmente provocará uma releitura e revisão dos conteúdos bem como das bibliografias. Cabendo enfatizar que o ementário será o norteador para o Programa das Disciplinas.

2.31. ATENDIMENTO E APOIO AO DISCENTE

A FASNE formaliza as políticas de atendimento e apoio aos seus discentes com respeito ao acesso, seleção e permanência. Essas políticas de atendimento e apoio ao discente são viabilizadas, fundamentalmente, pela Diretoria Geral, por intermédio do Núcleo de Apoio Pedagógico que implementa, junto às coordenações e outros departamentos gestores da IES, as políticas de atendimento e relacionamento com os estudantes, por meio da promoção, execução e acompanhamento de programas e projetos que contribuam para a formação dos alunos, proporcionando-lhes condições favoráveis à integração na vida universitária, assim como propõe-se a adotar mecanismos de recepção e acompanhamento dos discentes, criando-lhes condições para o acesso e permanência no ensino superior.

Seguem-se as ações pertinentes para o atendimento e apoio aos discentes da FASNE:

- Existência de profissional com formação na área de psicopedagogia, para dar assistência a todos os discentes.
- Programa de apoio ao discente a fim de dar suporte à orientação/otimização dos processos sistemáticos de estudo e aproveitamento acadêmico.
- Política de incentivo à participação discente em eventos de natureza extracurricular e de organização de natureza estudantil.
- Processo de implantação e desenvolvimento de um Programa de nivelamento para os alunos ingressantes.
- Política de descontos aplicados à semestralidade nos meses pertinentes, objetivando a inclusão social de estudantes, preferencialmente aqueles vinculados a programas sociais, que comprovem baixa renda familiar e que mantenham um desempenho acadêmico satisfatório, incluídas nestas políticas as bolsas destinadas aos atletas ingressantes no curso.
- Espaços de atendimento e apoio ao discente as seguintes instâncias institucionais: Diretoria Geral, Diretoria Acadêmica, Diretoria Administrativa, Coordenação do Curso, Núcleo de Apoio

Pedagógico, Núcleo Docente Estruturante, Pastoral Universitária Salesiana, Ouvidoria, Secretaria, Departamento de Assistência Social e Biblioteca.

2.32. REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL

O corpo discente tem como órgãos de representação os Diretórios Acadêmicos (DA), um para cada curso, regidos por estatutos próprios, elaborados e aprovados nos termos da legislação pertinente. A representação tem por objetivo promover a cooperação da comunidade acadêmica e o aprimoramento das relações entre estudantes e órgãos da Instituição, sendo vedadas as atividades de natureza político-partidárias, bem como a participação em atividades alheias aos objetivos da instituição.

As diretorias dos órgãos de representação discente são eleitas, nos termos de seu ordenamento estatutário. Compete aos órgãos de representação discente, nos termos do Regimento, indicar os seus representantes, com direito à voz e a voto, em órgãos colegiados da Instituição, sendo vedada a acumulação.

Aplicam-se aos representantes estudantis junto aos colegiados as seguintes disposições:

- somente poderá exercer representação estudantil o aluno regularmente matriculado;
- o exercício de representação estudantil não exime o aluno do cumprimento de suas obrigações escolares.

Os órgãos de representação discente são mantidos por contribuições de seus associados, devendo a diretoria, ao término de sua gestão, prestar contas aos órgãos competentes da Instituição, dos recursos por eles repassados.